

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA****ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA****REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1978.****TERÇA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Luiz Roberto Soares.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo (28); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Edilson Alencar, Enéas Faria, Fabiano Braga Côrtes, Fideicino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (26).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Gilberto Carvalho**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**MENSAGENS:****MENSAGEM N.º 106/78**

Curitiba, 26 de setembro de 1.978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo constituir a Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e autonomia administrativa e financeira.

A Empresa, cuja criação se pretende, terá por finalidade básica a classificação de produto de origem animal e vegetal, bem como de seus resíduos de valor econômico.

Em 4 de dezembro de 1.957, o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná firmaram um convênio, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, através do qual o Governo Federal delegou ao Estado competência para a realização dos serviços de classificação dos produtos agrícolas, pecuários, matérias primas, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, bem como a efetivação dos encargos pertinentes ao registro de estabelecimentos e a fiscalização dos processos de colheitas, de beneficiamento, de acondicionamento, de armazenamento e de transporte de produtos. Ficaram ainda compreendidos nas atribuições do Acordo de Classificação, o registro e licenciamento de instalações de

beneficiamento de algodão e outras fibras têxteis, "ex-vi", do Decreto n.º 24.049, de 27 de março de 1.934.

Expirado o prazo da vigência do ajuste em questão, e, mercê da imperiosa necessidade de continuarem sendo executados os trabalhos de classificação, como apoio à comercialização dos produtos agropecuários, o Ministério da Agricultura, em 03 de novembro de 1.964, através da Portaria n.º 871/64, houve por bem prorrogar, até nova formalização, os convênios existentes com os Estados, o que, no Paraná foi materializado em 06 de maio de 1.966.

Durante todo esse período, o Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, vem realizando a qualificação da produção agropecuária, comercializada nos mercados interno e externo, bem como intervindo, através do seu crivo técnico, nas operações relacionadas com a política da sustentação de preços do Governo Federal, executada pela Comissão de Financiamento da Produção, devendo ser destacada a atividade alusiva à classificação do algodão em pluma e derivados, tarefa que, face ao esmero com que é conduzida, credita ao SAC alto nível de conceituação.

Os trabalhos da classificação abrangem quase todas as operações realizadas no comércio interno e algumas referentes ao mercado de além-mar, contribuindo para uma política comercial que ampara o produtor e o consumidor, indicando o caminho mais certo para que o rurícola possa conduzir o seu trabalho com resultados econômicos mais compensadores. O enquadramento dos produtos nas respectivas especificações, constitui tarefa de grande vulto, ligando-se outrossim, a interesses financeiros de relevância, tanto na esfera privada quanto no setor público. Assim é que a classificação se apresenta sobremodo útil e necessária nos mercados interno e externo; no primeiro caso, pela defesa do consumidor e produtor nacional e, no segundo; pela manutenção e expansão dos mercados conquistados, decorrência de uma qualificação comercial compatibilizada com as exigências do mecanismo de troca internacional. Ressalta à evidência se constituir a classificação num trabalho de fundamental importância para o agricultor, vez que, através da mesma, são proporcionadas orientações com vista à obtenção de colheitas que se enquadrem em tipos comerciais definidos, o que proporciona ao rurícola, como já frisamos, oportunidade para a venda do seu produto com lucros mais compensadores.

Adotando modernas técnicas operacionais, conta atualmente o Serviço do Acordo de Classificação, com uma equipe de 392 (trezentos e noventa e dois) funcionários, perfeitamente integrados nas atividades administrativas e nas práticas de classificação, os quais se acham vinculados a este organismo sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.

Mercê da dinâmica operacional prevalecente no SAC, os trabalhos de classificação são desenvolvidos através das centrais localizadas nas cidades de Curitiba, Santo Antônio da Platina, Uraí, Londrina, Apucarana, Maringá, Umuarama, Cascavel, Ponta Grossa e Pato Branco, as quais jurisdicionam a atividade deferida aos diversos Postos de Classificação e de Controle do Transporte disseminados pelo âmbito geográfico do Estado.

O Serviço do Acordo de Classificação, vem sendo mantido através de recursos próprios, consoante estabelece o Convênio firmado em 06 de maio de 1.966, oriundo da remuneração dos trabalhos de classificação que executa, assim como, com o numerário proveniente da venda das amostras do algodão em pluma e de produtos outros, objetos do crivo do órgão, itens de

receita que têm permitido à entidade oficial de classificação, condições de auto-suficiência financeira.

Esta entidade vem operando há 20 anos carente de personalidade jurídica, fato que tem inibido não só a ampliação de suas atividades em níveis condizentes com a expansão da agropecuária estadual como, também, gerando progressiva intranquilidade aos servidores que nela labutam e, considerando que o Ministério da Agricultura vem adotando, atualmente, nova modalidade de convênio bastante desinteressante para os Estados que não dispõem de estrutura específica para a execução da atividade classificatória, justifica-se uma providência do Governo Estadual visando resolver este problema.

Tendo em vista o exposto acima, há necessidade premente da transformação do Serviço do Acordo de Classificação, em entidade específica, devidamente institucionalizada, com base nos estudos efetuados naquele órgão, assessorado por equipe técnica da Secretaria da Agricultura.

Por outro lado, a Lei Federal n.º 6.305/75, deu nova dimensão à classificação de produtos de origem vegetal, que agora será implantada em todo Território Nacional, em face de sua recente regulamentação baixada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através do Decreto n.º 82.110, de 14 de agosto próximo passado.

Essa diplomação legal, além de definir e disciplinar o processo classificatório, reitera, como aliás, tem sido norma federal, a disposição de delegar as atribuições da espécie aos Estados Membros que contarem com estrutura para o desempenho. Essa intensão delegatória, frize-se, é concreta e palpável. Tanto isso é verdade que, no art. 3.º, parágrafo único, propõe-se a delegar a entidades privadas quando os Estados Membros não reunirem condições de receberem os encargos.

A conclusão óbvia, é que o Ministério delegará as atividades classificatórias ao Estado ou ao particular.

Embora se faça classificação no Paraná, através do SAC, como se viu, é forçado reconhecer, ela é limitada e não corresponde às necessidades atuais, quer do produtor, quanto do mercado.

Diga-se de passagem, a classificação de produtos de origem vegetal e animal, dada a incipiência do seu processamento, é o grande vácuo do sistema nacional de produção primária e de comercialização do produto agropecuário.

O Poder Público tem mecanismo de fiscalização das relações produto-preço (SUNAB), produto-medida (IPEM) e produto-sanitarismo (Saúde), mas que há, reiteremos, aparelho de controle produto-qualidade, salvo a exceção referida no princípio, do SAC, que é insuficiente.

Dizer do que representa a classificação, no campo da produção e do mercado, seria cansativo e desnecessário, dada sua notoriedade. Lembramos apenas que, é elemento essencial para a fixação de preços mínimos; é instrumento único para constatar, definir e assegurar a qualidade do produto, estabelecendo padrões para a harmonização da relação preço-qualidade; bem como, para garantir a expressão da mesma qualidade para os fins de comercialização interna e externa, quer evitando o aviltamento do preço, como impedindo o engodo comercial imediatista que sempre traz no futuro, também a imediata desvalorização do produto no mercado e os conseqüentes prejuízos; outrossim, a classificação, em qualquer sistema agrícola moderno, é elemento ponderável e imprescindível, por constituir-se em eficaz e pronto realimentador dos sub-sistemas de pesquisa, de assistência técnica e abastecimento, vez que, ao classificar, acusa e detecta as deficiências qualitativas, retransmitindo-as aos demais componentes aludidos do sistema. Isso é claro, se o aparelho classificador for estatal e integrante do mesmo sistema.

Isto posto e certo, porque instituir-se uma empresa estatal,

se já tem o SAC ou se o Governo Federal pode delegar ao particular?

Em primeiro lugar porque a atividade do SAC e, por várias razões já expendidas, é restrita e deveras insuficiente; porque esse órgão não tem estrutura legal que lhe permita persistir, tão logo entre em vigência a regulamentação da Lei n.º 6.305/75; porque o Ministério só delega ao Estado que estiver devidamente estruturado, isto é, com aparelho próprio e competente, sob todos os pontos de vista; porque o Estado do Paraná já tem uma estrutura física e financeira, traduzida pelo considerável patrimônio (imóvel-móvel-equipamento e receita própria) aliada ao quadro de pessoal apto e atuante; porque a empresa dar-lhe-á a consistência legal, permitindo-lhe a expressão quantitativa indispensável para atingir os fins, sem que isso importe em oneração aos cofres públicos, pois, independentemente de sua amplitude, crescerá e será sempre auto-suficiente; porque, somente após estruturado legalmente, receberá a delegação ministerial; porque, se não se estruturar legalmente, poderá perder sua competência (já insuficiente), devendo encerrar suas atividades, o que, não precisa dizer-se, será desastroso ao Estado, tendo em vista os inestimáveis serviços que vem prestando a produtores, comércio e governo; porque, sua não estruturação, compeliará o Ministério, após a regulamentação da Lei n.º 6.305/75, a delegar as atividades classificatórias e entidades particulares, que, como concessionárias do serviço público poderão ter seus interesses imediatos de comerciante classificador não coincidentes com os do produtor (para fixação de preço mínimo), com os do consumidor (fixação do preço-qualidade-venda) e nem com os do Estado (segurança da qualidade na venda externa) no tocante a manutenção do prestígio da qualidade do produto nacional.

Destarte, apenas para finalizar, reiteramos, não se trata de criação de mais de uma empresa pública, ou "ente símile", pretendemos e necessitamos apenas, do instrumento legal, para consolidar a existência jurídica de uma entidade imprescindível ao crescente processo de desenvolvimento agropecuário do Estado, sem acarretar quaisquer ônus aos cofres públicos e sem instituir novos encargos financeiros ao produtor, vez que os trabalhos classificatórios são do seu próprio interesse, e por ele sempre pagarão, por compensar-lhes, quer ao ente paraestatal, quanto ao particular.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a solicitação proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir uma empresa pública, com a denominação de Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR —, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira.

Parágrafo único. A CLASPAR terá sede e foro em Curitiba e jurisdição em todo o território estadual.

Art. 2.º — Para fins de financiamento, por entidades estaduais de crédito, os produtos abrangidos por esta lei, ficam obrigatoriamente sujeitos à classificação pela CLASPAR.

Art. 3.º — A CLASPAR tem como finalidade a execução de serviços de interesse público concernentes à classificação de produtos de origem vegetal e animal, de conformidade com o disposto na legislação federal e estadual, cabendo-lhe:

I — Promover a classificação e respectivo controle de produtos de origem vegetal e animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico para fins de comercialização interna e externa, de apoio às operações de financiamento, aquisição, transporte, armazenamento e para quaisquer outros fins em que seja requerida.

II — Manter articulação com o Ministério da Agricultura e seus órgãos centrais, com as entidades de classe e outros órgãos públicos e privados, visando o aprimoramento qualitativo dos produtos, maior eficiência no processamento do financiamento e da comercialização e efetivo apoio à fiscalização.

III — Estabelecer e desenvolver relações de troca de serviços e informações técnicas com as demais entidades vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura, de modo a favorecer e fortalecer a cooperação interorganizacional no setor público agrícola do Estado.

IV — Promover estudos, pesquisas, análises, perícias e divulgações técnicas relacionadas com suas atividades, objetivando fornecer subsídios para estabelecer ou reformular normas de padronização de produtos.

V — Executar outras atividades relacionadas com classificação de produtos que lhe forem deferidas pelo Poder Executivo.

Art. 4.º — O capital inicial da CLASPAR será de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), representado:

I — Pelos bens móveis e semoventes do Serviço do Acordo de Classificação, inclusive laboratórios e equipamentos.

II — Pelos imóveis escriturados em nome do Serviço do Acordo de Classificação, relacionados no anexo I, que faz parte integrante desta lei.

III — Pelos imóveis escriturados no Estado do Paraná e destinados ao uso do Serviço do Acordo e Classificação, relacionados ao anexo II, que faz parte integrante desta lei.

§ 1.º — O Poder Executivo determinará as medidas e baixará os atos necessários à consecução do disposto neste artigo.

§ 2.º — Ao Poder Executivo fica atribuída a competência de autorizar o aumento de capital da CLASPAR, mediante incorporação de lucros, de reservas, de transferências orçamentárias, de reavaliação e correção monetária do ativo e pela participação de entidades da administração indireta do Estado, da União e dos Municípios e de outros recursos, assegurada, sempre a participação majoritária do Estado.

Art. 5.º — Constitui receita da CLASPAR:

I — Retribuição proveniente da prestação de serviços.

II — Transferências consignadas nos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios.

III — Doações, legados, auxílios, contribuições, subvenções e empréstimos que lhe forem concedidos por qualquer pessoa de direito público ou privado.

IV — Rendas provenientes dos seus bens patrimoniais.

V — Resultados financeiros advindos de operações de crédito, de dividendos, de aluguéis, de arrendamentos e de juros de qualquer natureza.

VI — Recursos provenientes de convênios, acordos, contratos e ajustes.

VII — Recursos de capital, inclusive o de conversão, em espécie, de bens e direitos.

VIII — Outras rendas eventuais.

Art. 6.º — O Estatuto da CLASPAR disporá sobre a sua organização interna e funcionamento e será aprovado por

Decreto do Governador do Estado.

Art. 7.º — A CLASPAR absorverá o pessoal, o acervo técnico e administrativo, bem como, os saldos financeiros do Serviço do Acordo de Classificação, assumindo, em contrapartida, todos os seus encargos.

Art. 8.º — A CLASPAR terá a seguinte estrutura básica de direção:

I — Conselho de Administração.

II — Conselho Fiscal.

III — Diretoria.

Art. 9.º — Na organização e funcionamento da estrutura básica de direção observar-se-á:

I — Quanto ao Conselho de Administração:

a) Terá as atribuições constantes dos artigos 96 e 97, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, além de outras que o Estatuto estabelecer; e

b) Será constituído pelo Secretário de Estado da Agricultura, como seu presidente nato, pelo Secretário de Estado das Finanças, pelo Presidente da CLASPAR e por quatro outros membros.

II — Quanto ao Conselho Fiscal:

a) Terá as atribuições da legislação aplicável à matéria, além daquelas que vierem a ser fixadas no Estatuto; e

b) Terá 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes.

III — Quanto à Diretoria:

a) Será constituída de um presidente e diretores com sistema de remuneração e de vantagens financeiras fixadas por ato do Governador do Estado.

b) Terá mandato com duração estabelecida no Estatuto.

c) Será composta por técnicos brasileiros de nível superior com notórios conhecimentos da atividade a cargo da Mepresa, observadas as legislações regulamentadoras do exercício profissional; e

d) Terá estrutura e atribuições estabelecidas no Estatuto.

§ 1.º — Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria serão nomeados pelo Governador do Estado, por indicação do Secretário de Estado da Agricultura.

§ 2.º — Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão mandato não remunerado, com duração de 4 (quatro) anos e de 2 (dois) anos, respectivamente, podendo ser reconduzidos.

Art. 10 — A prestação de contas da Empresa, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, será submetida ao Conselho de Administração, que a encaminhará a quem de direito, nos termos da legislação específica.

Art. 11 — O exercício financeiro da CLASPAR coincidirá com o ano civil.

Art. 12 — O regime jurídico do pessoal da CLASPAR será o da legislação trabalhista e a gestão administrativa obedecerá o disposto no artigo 94, inciso II, da Lei 6.636, de 29 de novembro de 1974.

§ 1.º — A Empresa poderá utilizar funcionários postos à sua disposição, por quem de direito, os quais conservarão o regime jurídico a que estiverem sujeitos.

§ 2.º — A CLASPAR poderá destinar recursos financeiros para a instituição de programas de assistência aos seus empregados nos termos a serem estabelecidos no Estatuto.

Art. 13 — A CLASPAR gozará dos privilégios e isenções próprios da Fazenda Estadual.

Art. 14 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I, A QUE SE REFERE O INCISO II,
DO ART. 4.º.

1)- Terreno na cidade de Curitiba, com área de 875m², medindo 17,50m de frente para a Rua Presidente Carlos Cavalcanti, por 50,00m de fundos de forma retangular, situado no Setor 11, Quadra 034, lote 0300, entre as ruas Mateus Leme e Duque de Caxias, escriturado em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná e registrado sob n.º 34.134, Livro 3 B, da 2.ª Circunscrição da Comarca da Capital, em 06.04.73, no qual foi edificado prédio em alvenaria com estrutura de concreto armado, com 3 (três) pavimentos, com área total de 1.560m².

2)- Terreno na cidade de Maringá, de esquina medindo 5.760m², com 44,30m de frente para a Avenida das Indústrias e 130m para a Avenida São Paulo, correspondente às datas de n.ºs 36 e 37, da quadra A-2, Zona de Armazéns, doado pela Companhia de Melhoramentos Norte do Estado do Paraná, ao Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, Órgão do Estado do Paraná, conforme escritura registrada sob n.º 8.669, de 25.06.69, às fls. 142 do Livro 3-1 de Transcrições e Transmissões do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá, onde estão edificados 2 (dois) prédios de alvenaria, um com área de 371,20m², Sede da Central de Classificação e um armazém com área de 1.000m². Nesse terreno existe uma casa de madeira que serve como residência de guardião, com área de 68m².

3)- Terreno na cidade de Umuarama, de esquina, de forma pentagonal irregular, medindo 710,30m², fazendo frente de 13,75m para a Avenida Manaus, 20,75m para a Rua Desembargador Antônio Franco da Costa e os outros três lados medindo 16,96m, 24,25m e 30,25m, caracterizado como data n.º 6, da Quadra n.º 36, da Zona n.º 01, recebido como doação da sociedade constituída pelas Firms Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Klabin Irmãos & Cia. e Malharia Pilboy Ltda., todas com sede em São Paulo, conforme escritura passada em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama, sob n.º de Transcrição das Transmissões 17.676, do Livro 3-Q, Certidão n.º 239/74, de 21.11.74, onde acha-se edificado um prédio de alvenaria com 256,97m² para a Sede da Central de Classificação.

4)- Terreno em Cascavel, medindo 800m², de forma retangular com 20,00m de frente para a Rua n.º 7, por 40,00m de fundos, devidamente escriturado em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, através escritura pública registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, no Livro 3-BK, em 05.08.74, sob o n.º 40.764, onde acha-se edificado um prédio de alvenaria com 405,89m², para a Sede da Central de Classificação.

5)- Um terreno em Apucarana, de formato triangular, medindo 3.333,73m², com 68,34m de frente para a Avenida Munhoz da Rocha, 113,67m para a Avenida Palmeiras e 90,35m para a Herval, correspondente às datas n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da quadra n.º 92 da planta daquela cidade, doado pela Prefeitura Municipal ao Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, conforme escritura registrada sob o n.º 29.549, em 25.07.68, no Livro n.º 3-S, de Transcrições e Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana, onde estão edificados dois prédios em alvenaria, um com área construída de 371,2m² que serve de Sede da Central de Classificação e um armazém com área de 1.000m². Nesse terreno existe, também, uma casa de madeira que serve de residência de guardião, com área de 48m².

6)- Terreno na cidade de Cruzeiro do Oeste, medindo 1.761m², com 39 metros de frente para a Avenida Brasil, correspondendo às datas de n.ºs 17, 18 e 19 da quadra 170, passada em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, conforme escritura registrada sob n.º 68, em 14.04.70, no Livro n.º 3, fls 75, de Transcrições e Transmissões do Cartório de Registro de Imóveis do 2.º Ofício da Comarca

de Cruzeiro do Oeste, onde estão edificados um prédio de alvenaria com 139,08m², Sede do Posto de Classificação e um armazém com 720m².

7)- Terreno no Município de Andirá totalmente cercado com palanque de cimento armado, medindo 26.128,28m², contendo um armazém de alvenaria, com 625,00m²; um balanção para quarenta toneladas, com cabine de controle em alvenaria, casa de força com transformadores; um conjunto de 8 (oito) silos semisubterrâneos, com capacidade total para 5.000 (cinco mil) toneladas, escriturado em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, registrado sob n.º 4.878, em 18 de maio de 1.968, no Livro 3-G fls. 48/49, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Andirá.

8)- Terreno no Município de Salto do Itararé, de forma retangular, medindo 804,70m², recebido como doação feita pela Mitra Diocesana de Jacarezinho, conforme escritura passada em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, devidamente registrada sob n.º 18.570 em 29.10.74, Livro 3-D, às fls 272 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Siqueira Campos, onde acha-se construído um prédio de alvenaria de 60m², sede do Posto de Fiscalização.

9)- Terreno na cidade de Pato Branco com formato irregular, medindo 474,70m², com 23,20 metros de frente para a Rua Araribóia por 21,30 metros de fundo, correspondente ao Lote n.º 07, da quadra 14 e parte do Lote 6 da mesma Quadra, da planta da referida cidade, onde se acha edificado uma casa em alvenaria com 212m², contendo pavimento habitável no subsolo. A referida propriedade está escriturada em nome do Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, conforme escritura lavrada no Tabelionato Novais de Pato Branco e registrada no Cartório de Registros Gerais de Imóveis de Pedro de Sá Ribas, da mesma cidade, sob número 21.970, às fls. 5 do Livro 3-T e destina-se à Sede da Central de Classificação.

ANEXO II, A QUE SE REFERE O INCISO III, DO ART. 4.º

1)- Terreno na cidade de Londrina, situado à Rua Vasco Cinquini, constituído das datas de n.ºs 2 e 3 da quadra n.º 15 do Jardim Santos Dumont, medindo 934,95m², transferidas do Patrimônio da União, para o Estado do Paraná, conforme Decreto do Governo Federal de n.º 67.313 de 01.10.70, publicado no D.O.U. n.º 186, de 02.10.70, registrado sob n.º 924 - Livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis 3.º Ofício de Londrina, onde estão construídos um prédio de alvenaria, com estrutura de concreto armado, em 2 (dois) pavimentos, com área de 1.800m² para a Sede da Central de Classificação e um armazém em alvenaria com 290m².

2)- Terreno na cidade de Londrina, com área de 910m², constituído das datas 1 e 6 da quadra 1-A situado no Jardim Califórnia e adquirido pelo Serviço do Acordo de Classificação, conforme escritura registrada sob n.º 849, no Livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis, 3.º Ofício de Londrina e feita em nome do Governo do Estado do Paraná - Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná.

3)- Terreno na cidade de Ponta Grossa, de esquina, com área de 507,40m², medindo 21,50m de frente para a Rua Engenheiro Schamber e 23,60m para a Rua Padre Ildefonso, doado pela Prefeitura Municipal daquela cidade, em favor do Estado do Paraná, conforme consta de escritura registrada sob n.º 22.644, em 09.03.71, às fls 153 do Livro 3-S de Transcrições do Cartório de Imóveis da 2.ª Circunscrição da Comarca de Ponta Grossa, no qual foi edificado um prédio em alvenaria, com área construída de 201,98m², para a Sede da Central de Classificação.

4)- Terreno na cidade de Santo Antônio da Platina, de es-

quina, com área de 836 m², medindo 22 metros de frente para a Rua Marechal Deodoro e 38 metros para a Rua Quintino Bocaiuva, hoje denominada Rua Joaquim Ribeiro Mendes, conforme escrituras registradas sob n.ºs 23.055, de 29.07.70, 23.252 e 23.253, de 11.11.70, no Livro A/J, de Transcrições e Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio da Platina, escriturado em nome do Governo do Estado do Paraná — Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, onde acha-se edificado um prédio em alvenaria para a Sede da Central de Classificação e garagem, totalizando 201,98 m².

- 5) — Terreno na cidade de Uraí, de esquina com área de 2.499 m², medindo 54,50 m de frente para a Avenida Paraná e 51,00 m para a Rua Suécia, doado pela Prefeitura Municipal, conforme escritura registrada sob n.º 6.292, em 08.04.70, no Livro 3-G, fls. 84, de Transcrições e Transmissões do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Uraí, em nome do Estado do Paraná — Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, onde foi edificado um prédio de alvenaria para a sede da Central de Classificação, com 257,57 m² e um prédio de alvenaria com 107,50 m² para moradia de guardião e garagem.
- 6) — Terreno na cidade de Uraí, de esquina com área de 3.200 m², medindo 80 m de frente para a Avenida Paraná e 40 m para a Rua Varsóvia, doado pela Prefeitura Municipal, conforme escritura registrada sob n.º 6.292, de 08.04.70, no Livro 3-G, fls. n.º 84, de Transcrições e Transmissões do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Uraí, em nome do Estado do Paraná — Serviço do Acordo de Classificação no Estado do Paraná, onde foi construído um armazém de alvenaria com 1.000 m².
- 7) — Terreno em Iporã, medindo 5.400 m², sendo 90 metros de frente para a Avenida 9 e 60 para a Rua 26, correspondendo às datas de n.ºs 1 a 8, 21 e 22 da quadra n.º 50, da planta da cidade, doado ao Governo do Estado do Paraná, pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda - SINOP, conforme escritura registrada sob n.º 4.010, em 23.09.68, no Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã. Nesse terreno acha-se montado um armazém metálico com 360 m² e construída uma casa de madeira com 75 m², onde está instalado o Posto de Classificação daquela cidade.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 108/78

Curitiba, 02 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios de auxílio e cooperação, celebrados pelo Governo do Estado com os municípios abaixo especificados e interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos:

MUNICÍPIO E N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Andirá - 22/78-SEPL	22/07/78
Assaí - 25/78-SEPL	22/07/78
Bela Vista do Paraíso - 28/78-SEPL	22/07/78
Carlópolis - 32/78-SEPL	22/07/78
Castro - 33/78-SEPL	22/07/78

Faxinal - 35/78-SEPL	22/07/78
Jaguariaíva - 44/78-SEPL	22/07/78
Ortigueira - 50/78-SEPL	22/07/78
Piraí do Sul - 55/78-SEPL	22/07/78
Primeiro de Maio - 57/78-SEPL	22/07/78
Quatiguá - 58/78-SEPL	22/07/78
Ribeirão Claro - 62/78-SEPL	22/07/78
São Jerônimo da Serra - 65/78-SEPL	22/07/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 109/78

Curitiba, 02 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado e os municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos de estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

MUNICÍPIO E N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Andirá - 71/78-SEPL	09/09/78
Arapoti - 72/78-SEPL	20/09/78
Guapirama - 76/78-SEPL	24/08/78
Janiópolis - 77/78-SEPL	13/08/78
Ribeirão do Pinhal - 79/78-SEPL	15/08/78
São João do Triunfo - 80/78-SEPL	15/09/78
São José da Boa Vista - 82/78-SEPL	09/09/78
Porto Vitória - 83/78-SEPL	25/08/78
Jataizinho - 85/78-SEPL	14/09/78
Astorga - 86/78-SEPL	14/09/78
Sapopema - 87/78-SEPL	14/09/78
Piên - 88/78-SEPL	12/09/78
Nova Olímpia - 89/78-SEPL	12/09/78
Paranapoema - 90/78-SEPL	20/09/78
Céu Azul - 91/78-SEPL	15/09/78
São João do Triunfo - 108/78-SEPL	15/09/78
Ipiranga - 109/78-SEPL	13/09/78
Palotina - 111/78-SEPL	12/09/78
Céu Azul - 116/78-SEPL	31/08/78
Formosa do Oeste - 118/78-SEPL	14/09/78
Nova Santa Rosa - 122/78-SEPL	1/09/78
São Miguel do Iguacu - 124/78-SEPL	20/09/78
Morretes - 126/78-SEPL	20/09/78
Engenheiro Beltrão - 127/78-SEPL	19/09/78
São José dos Pinhais - 128/78-SEPL	13/09/78
São Sebastião da Amoreira - 133/78-SEPL	20/09/78
Conselheiro Mairinck - 138/78-SEPL	21/09/78
Indianópolis - 139/78-SEPL	21/09/78
Manoel Ribas - 140/78-SEPL	14/09/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 110/78

Curitiba, 02 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Auxílio e Cooperação Financeira, celebrado em 15 de setembro do corrente ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, com a interveniência da Universidade Católica do Paraná e da Sociedade Paranaense de Cultura, objetivando a prestação de assistência médico-odontológica e social às populações das ilhas e povoações da Baía de Paranaguá.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 111/78

Curitiba, 04 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar, até 30 de setembro de 1980 (um mil, novecentos e oitenta), os efeitos da Lei n.º 6.547, de 6 de junho de 1974.

Através das Leis n.ºs 6547/74, 6.677/75 e 6942/77, foi suspensa até 30 de setembro do corrente ano, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2, do artigo 6.º, do número 1, do artigo 14 e no parágrafo 2.º, do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 3 de junho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP) para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

O plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa de Leis é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os Órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por mais algum tempo, continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação poderá perder direito à percepção de remuneração. Assim sendo, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, prorrogando os efeitos da Lei n.º 6.547/74, a fim de permitir que os Policiais-Militares continuem colaborando com a Polícia Civil por mais dois anos.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ficam prorrogados até 30 de setembro de 1980 (um mil novecentos e oitenta), os efeitos da Lei n.º 6.547,

de 05 de junho de 1974.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 112/78

Curitiba, 09 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre terras devolutas do Estado do Paraná e dá outras providências.

Altamente significativo e consultando plenamente aos superiores interesses da Administração, o plano de lei ora submetido a essa augusta Casa de Leis virá dotar o Estado de uma legislação de terras devolutas que atenda plenamente às necessidades do setor.

Justificando a medida proposta, transcrevo, abaixo, texto do documento da apresentação dos estudos elaborados por comissão designada para tal fim:

"A oportunidade da reforma, seus objetivos e os princípios que a presidem são os seguintes:

I — INTRODUÇÃO

Não é de hoje que vem sendo reclamada a reforma da legislação de terras do Estado do Paraná, não só em face das profundas e substanciais alterações ocorridas com o término do ciclo de ocupação e povoamento de algumas de suas regiões, como também em decorrência do advento do Estatuto da Terra, que estabelece princípios gerais de ordenação rural aos quais a legislação estadual não pode ficar indiferente.

A exigência de atualização se faz sentir, primordialmente, no campo da disciplina das terras devolutas. De um lado, há que se aprimorar o método de apuração física dessas terras, através dos processos discriminatórios administrativo e judicial; de outro, urge dar cumprimento a dispositivos constitucionais que impõem aos Estados o dever de legitimar as posses.

II — HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

1. — A primeira Lei de Terras do Estado do Paraná, data de 20 de dezembro de 1892.

A Lei 68 veio a lume em decorrência da passagem das terras devolutas ao domínio dos Estados, por força da Constituição de 1891.

Esse diploma legal permaneceu fiel aos princípios esposados na Lei Imperial de Terras (Lei 601, de 18/09/1850), notadamente quanto ao conceito, apuração física e destinação das terras devolutas.

E nisso o legislador de 1892 não distoou dos demais legisladores de outros Estados ao procurar adequar a Lei Imperial à nova realidade constitucional.

Vem daí que na Lei 68, cit., a conceituação de terra devoluta consignada pela legislação imperial permaneceu inalterada (art. 3.º da Lei 601, cit. e art. 2.º da Lei 68, cit.), bem como inalterados se mantiveram o processo de apuração física dessas terras (art. 10 da Lei 601, art. 1.º das Disposições Transitórias da Lei 68 e seu Regulamento de 08/04/1893) e os modos de sua estremação do domínio público (revalidação, legitimação e venda).

Seguindo os passos do Editto Imperial dispôs a Lei 68, citada, que são terras particulares as que o Estado reconhece e declara de domínio privado.

As terras que assim não sejam reconhecidas e nem declaradas, permanecem devolutas, para só serem transferidas aos particulares, obedecidos os requisitos de cultura efetiva e morada habitual.

No que respeita a apuração das terras devolutas, a Lei 68, como a maioria das leis estaduais, limitou-se a adotar os princípios da Lei Imperial, e do seu Regulamento (Dec. 1318, de 1854).

Tratou apenas da medição e divisão das terras devolutas — desocupadas e possuídas — e das sesmarias.

Tal processo tinha caráter puramente administrativo.

2. — O Estado do Paraná, ao contrário de outros, mormente São Paulo, não evoluiu no sentido de aprimorar a sua legislação.

O que se verificou, no correr dos anos, foi uma sucessão de medidas casuísticas, visando atender as necessidades imediatas.

O processo de apuração de suas terras não se revestiu e não se reveste de formalidades e requisitos básicos, indispensáveis a uma discriminação segura e juridicamente perfeita.

Desse modo, seu êxito esteve sempre e diretamente relacionado às áreas sobre as quais inexistissem dúvida acerca da natureza devoluta da terra.

Para se avaliar os resultados obtidos na aplicação reiterada dessa legislação, torna-se necessário analisar o problema tendo como pano de fundo as regiões de colonização recente e as regiões de colonização antiga.

Nas regiões de colonização recente, a exemplo do norte e noroeste do Estado, onde o caráter devoluto da terra, em regra, não fora contestado, os resultados obtidos chegaram a ser positivos.

É preciso notar, porém, que a discriminação da terra nessas regiões visou, especialmente, ou o assentamento das lavas de pioneiros recém-chegados, ou a colonização das terras desocupadas, mediante a demarcação em gleba.

Outra é a realidade nas regiões de colonização antiga, onde as questões envolvendo o domínio da terra se apresentam diversificadas, não se sabendo distinguir exatamente o limite entre a propriedade pública (devoluta) e a propriedade particular.

Nessas regiões se poderia, grosso modo, diagnosticar a existência de:

a) terras particulares já estremadas do domínio público nos termos da Lei 601, de 1850;

b) terras particulares já estremadas do domínio público mediante legitimação de posse a revalidação de direitos nos termos da Lei n.º 68, de 1892;

c) títulos transcritos em registros imobiliários sobre terras não estremadas do domínio público nos termos da Lei n.º 601, de 1850;

d) terras devolutas ocupadas por agricultores que não ostentam título algum, razão pela qual as requereram ao Estado por compra;

e) terras devolutas ocupadas por agricultores que ainda não as requereram ao Estado, e

f) terras devolutas sem ocupação.

Sendo esse o quadro, e permanecendo ainda indefinida a situação da propriedade fundiária nas regiões de colonização antiga, a legislação vigente e tradicional se mostra inteiramente inadequada para, com segurança e acerto, apurar e dar destinação ao patrimônio devoluto do Estado.

Desse modo, carecendo o Poder Público de instrumentos legais para agir com rapidez e eficácia, expõe o seu patrimônio devoluto à voragem dos grileiros, que mediante falsificação de títulos amealham riqueza à custa da coisa pública, e de humildes posseiros, invariavelmente esbulhados e expulsos da terra.

A ausência de uma legislação atual e consentânea com a nova realidade imobiliza a Administração Pública em sua atividade definidora e ordenadora do meio rural.

A aquisição das terras devolutas já não obedece a processo regular de colonização. Não é mais ao Poder Executivo que o particular recorre, e sim ao Poder Judiciário mediante a utilização da ação de usucapião.

Trata-se de triste e alarmante realidade, cuja dimensão e alcance se pode avaliar pelo número inusitado de pedidos de informações, que anualmente tramitam pelo ITC, indagando sobre o caráter devoluto dos imóveis objeto das ações de usu-

capião.

III — ADOÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA DE TERRAS

1. — A presente proposição de uma nova política de terras para o Estado do Paraná está assentada basicamente nos princípios da função social da propriedade, da produtividade da terra e da preservação dos recursos naturais.

O desenvolvimento rural só será alcançado mediante a fixação do homem à terra, orientando-o no sentido de explorá-la racionalmente para dela obter satisfatório índice de produtividade, sem prejuízo da preservação dos recursos naturais.

Para alcançá-lo, o Estado há de reestruturar o meio rural, adotando medidas eficazes para a criação e florescimento da propriedade familiar.

O Estatuto da Terra (art. 4.º, inciso II) assim conceitua propriedade familiar:

“Propriedade Familiar”, o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes observe toda a força de trabalho, garantindo-lhe a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhada com a ajuda de terceiros”.

2. — O estímulo à formação da propriedade familiar implica necessariamente em limitações ao direito de propriedade.

Integra a ordem jurídica, o princípio segundo o qual o direito de propriedade deve desempenhar uma função social.

É disposição expressa na Constituição Federal, *verbis*:

“Art. 160 — a ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional, com base nos seguintes princípios:

(...)

III — **Função social da propriedade**”. (O grifo é nosso).

Para alguns estudiosos, entre os quais o professor JOSÉ OLIVEIRA ASCENSÃO, o Estado intervém sob as formas limitadoras e impulsionadoras.

No primeiro caso, o que se visa é manter cada titular dentro de certas limitações para que o seu direito de propriedade não se revele prejudicial à comunidade; no segundo, a intervenção se faz ativamente, de modo a permitir que do exercício do direito real derive um resultado socialmente mais valioso.

Impulsionadoras seriam, por exemplo, as normas do Estatuto da Terra, que, combatendo o latifúndio e o minifúndio, visam proporcionar o surgimento e a difusão de uma propriedade agrícola economicamente produtiva e socialmente justa.

Como se vê, trata-se de limitações ao direito de propriedade em função da produção, da estabilidade e do desenvolvimento.

Sob esse prisma, as terras devolutas devem ser destinadas à colonização, mediante a implantação de unidades de produção estruturadas basicamente na propriedade familiar.

O presente anteprojeto pretende traduzir, sob forma legislativa, os princípios até aqui enunciados.

IV — ESTRUTURA DO ANTERPROJETO

1. — O anteprojeto está alicerçado em três grandes títulos: a) Das Terras Devolutas e da sua Regularização; b) Das Terras Devolutas e da sua Destinação; c) da Expedição de Títulos e do Cadastro Imobiliário.

2. — Destina-se o título primeiro:

— a conceituar terras devolutas (Capítulo I);

— a instituir o registro de posse (Capítulo II);

— a disciplinar a apuração física das terras devolutas, por meio dos processos discriminatórios administrativo e judicial (Capítulo III);

— a prescrever os atos e termos da ocupação, aproveitamento e plano de colonização das terras discriminadas (Capítulo IV).

3. — O título segundo compreende:

- a fixação de princípios e normas gerais sobre a destinação de terras devolutas (Capítulo I);
- a titulação aos legítimos possuidores (Capítulo II);
- a incorporação das terras não legitimáveis (Capítulo III);
- a constituição de reservas.

4. O título terceiro cuida dos requisitos formais do título de legitimação (Capítulo I), e do cadastro imobiliário do ITC (Capítulo II).

5. Por último, o Anteprojeto enumera diversos preceitos de ordem geral, em suas disposições finais (Título IV).

V – DAS TERRAS DEVOLUTAS E DA SUA REGULARIZAÇÃO

1. O artigo 1.º, letras a a d, do anteprojeto, estabelece o que se deve entender por terras devolutas.

Sua conceituação, como é da tradição da legislação de terras, obtém-se pelo método de exclusão: devolutas são as terras que foram incorporadas ao patrimônio do Estado nos termos do artigo 64 da Constituição Federal de 1891, e não passaram ao domínio particular por força da Lei Imperial de Terras (Lei 601, cit.) e seu Regulamento (Decreto n.º 1318, de 30 de janeiro de 1854), da Lei Estadual de 1892, ou em virtude de alienação, concessão, reconhecimento por parte do Estado, sentença judicial com força de coisa julgada, ou por força de sentença declaratória nos termos do art. 148 da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937.

Assim devolutas são as terras que não entrarem legitimamente no domínio particular.

2. O Capítulo II, deste Título, trata do Registro de Posse e da Licença de Ocupação.

O Anteprojeto ao instituir o Registro de Posse e a Licença de Ocupação de terras devolutas não discriminadas, procura antecipar medidas saneadoras de ordenamento do meio rural (arts. 2.º e 4.º).

O Registro de Posse gera um cadastro estatístico-administrativo de terras devolutas (art. 2.º §§ 1.º e 2.º). Não obstante o seu valor meramente declaratório, haverá de se constituir em fonte de maior relevância para a regularização fundiária, pois ao estimular o possessor a registrar a sua posse, o Poder Público estará detectando novos e apreciáveis segmentos de terras devolutas a serem discriminados. Depois de declarada a regularidade da ocupação e procedido o consequente registro, será expedida Licença de Ocupação ao possessor (art. 4.º).

A Licença de Ocupação é insuscetível de sucessão por atos **inter vivos** (art. 4.º, § único), pois que objetiva fixar o possessor à terra, e eliminar a "indústria da posse".

De outra parte, contra os possuidores que deixaram de atender ao chamamento do Estado, ou que não alcançarem obter o reconhecimento da legitimidade de sua ocupação, será intentada ação discriminatória.

3. O Anteprojeto, acompanhando a legislação federal, elege um sistema duplo de discriminação de suas terras: o administrativo e o judicial (artigo 6.º).

O processo administrativo preconizado pelo Anteprojeto tem suas raízes no Decreto-Lei 9760, de 26 de setembro de 1946, e na Lei 6383, de 7 de dezembro de 1976.

Como comentado alhures, a instância administrativa se constitui em um juízo de conciliação entre a Administração Pública e os particulares nela envolvidos.

Nesse sentido adverte PONTES DE MIRANDA que a discriminatória administrativa tem "caráter acentuadamente declaratório da relação jurídica de propriedade, em negócio jurídico declaratório, pelo qual termina o processo administrativo".

Sob esses pressupostos, é que se disciplinou à larga o procedimento a ser observado na discriminação administrativa, revestindo-o de formalidades jurídicas essenciais ao fim colimado: a apuração física das terras devolutas por meio de acordo entre os interessados (arts. 7.º a 12).

O ponto culminante do procedimento administrativo é a homologação desse acordo pelo Presidente do Instituto

de Terras e Cartografia, em nome e no interesse do Estado do Paraná (art. 12), sem a qual a discriminação não produz os seus jurídicos e legais efeitos.

O artigo 13 do Anteprojeto dispõe que a discriminação administrativa só produz efeitos entre os que dela participaram.

O processo judicial será promovido (art. 15) contra os que discordarem ou forem revéis no processo administrativo (inciso II, art. 15), ou por presumida ineficácia do processo administrativo (inciso II, art. 15).

O Poder Público utilizará do processo judicial para definir, dirimir e solucionar casos em que as terras devolutas se acham confundidas, ocupadas ilegítimamente, usurpadas, registradas indevidamente como particulares, ou devastadas de forma criminosa.

4. O Capítulo IV deste Título, cuida do procedimento administrativo a ser observado depois de encerrado o processo discriminatório (art. 16, incisos I a IV).

O Anteprojeto prevê, nesse Capítulo, a necessidade de a Administração Pública efetuar levantamento no perímetro discriminado, a fim de apurar posses, quais os que carecem dessa condição, as áreas encontradas vagas, e a cobertura vegetal existente.

Ao possuidor sem condições de legitimar a posse, mas que a exerça sem oposição, será expedida licença de ocupação insuscetível de transferência por ato **inter vivos**.

Quanto aos demais casos aqui previstos, deles se ocupa o anteprojeto em Capítulos especiais.

VI – DAS TERRAS DEVOLUTAS E DA SUA DESTINAÇÃO

1. Ao Instituto de Terras e Cartografia, em nome do Estado do Paraná, cumpre dar destinação às terras apuradas como devolutas, depois de vistoriado o perímetro discriminado.

Em primeiro lugar, é dever do Estado legitimar a posse aos que satisfizerem os requisitos de cultura efetiva e morada habitual, nos termos e prazos previstos no Anteprojeto, ressalvado o disposto em seu artigo 23.

As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do ITC (art. 27), para os fins:

- de pesquisa ou fomento (art. 22, inc. I);
- de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado (art. 33, inc. II);
- de venda aos que se dedicarem à atividade agrícola ou pastoril (art. 33, inc. III).

A legitimação é a única forma pela qual se opera a transferência das terras devolutas ao domínio particular (art. 22).

Porém, essa transferência não se faz sem encargos ao legitimante (art. 24).

O anteprojeto cria limitações e afetações **ob rem** ou **propter rem** ao domínio, ao impor ao legitimante, os deveres de:

- residir com a sua família no imóvel pelo prazo mínimo de cinco (5) anos ininterruptos (art. 24, inciso I), e
- conservar no mínimo a quarta parte do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada (art. 24, inciso II).

Admite o anteprojeto encargos sob a forma de condição resolutiva, o que é perfeitamente possível, em conformidade com o magistério do Professor ANTUNES VARELA:

"O modo e a condição não serão conceitos antagônicos, mas figuras compatíveis, sobreponíveis. Não serão conceitos tangenciais, mas circunscrições conceituais interferentes uma com a outra".

Outra não é a lição de TEIXEIRA DE FREITAS ao conceber o encargo sob a forma de condição resolutiva, no artigo 658 de seu esboço.

Portanto, a legitimação de posse prevista pelo anteprojeto gera domínio resolúvel (art. 647 do Código Civil).

Os fundamentos basilares que deram sustentação ao instituto de legitimação, foram os de que a posse não se constituísse latifúndio e se manifestasse pela moradia habitual e cultura efetiva dos possuidores.

Com o correr dos anos se acentuou cada vez mais a tendência de se proteger a posse que se traduz em trabalho criador.

A partir de então, a noção posse-trabalho assume papel de relevo na legislação de terras.

Diversos estatutos a acolheram, e alguns merecem especial referência: Decreto-Lei n.º 14916/45, art. 72 (Lei de Terras de São Paulo); Leis n.ºs 1542/51 e 1713/51 (Estado do Rio Grande do Sul); Lei n.º 3962/57, art. 7.º (Lei de Legitimação de Terras do Estado de São Paulo); Decreto-Lei n.º 9760/46, art. 140; Constituição Federal de 1946, art. 156, § 3.º; Lei n.º 4504/64, art. 98 (Estatuto da Terra); Emenda Constitucional n.º 01, de 1969, art. 171.

A expressão posse-trabalho foi empregada pelo professor Miguel Reale em 1943, "em parecer sobre o projeto de decreto-lei relativo às terras devolutas do Estado de São Paulo".

A atualidade desse princípio veio ser confirmada anos depois pelo mesmo Professor Miguel Reale, agora na qualidade de Supervisor da Comissão Elaboradora do Projeto de Código Civil, que ao discorrer sobre a matéria asseverou:

"Na realidade a lei deve outorgar especial proteção à posse que se traduz em trabalho criador ..."

Contempla-a o Projeto de Código Civil em seu art. 1420, parágrafo único, ao propor a redução do prazo de usucapião extraordinário de vinte para quinze anos:

"se o possuidor houver estabelecido no imóvel sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo".

E no art. 1421, tratando do usucapião **pro labore** dispõe que:

"aquele que, não sendo proprietário de imóvel no mesmo Estado, possuir como seu, contínua e incontestadamente, por dez anos ininterruptos, imóvel que a lei considere suficiente para assegurar-lhe a subsistência, e à de sua família, nele tendo a sua moradia, e ao tornar produtivo com o seu trabalho, adquirir-lhe-á a propriedade, independentemente de título e boa-fé".

Esse dispositivo, segundo o Professor Elbert Vianna Chamoun (Cf. Exposição de Motivos, como Relator do Livro III - Direito das Coisas) "Persegue os rumos novos do direito de propriedade, valorizando a efetiva utilização do imóvel, que se torna produtivo com o trabalho".

O anteprojeto, portanto, não poderia ficar alheio a essa tendência legislativa e doutrinária.

Daí a razão de prescrever em seu art. 28, **verbis**:

"O possuidor de terras devolutas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo moradia permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse".

É oportuno referir, ainda, que a noção de posse-trabalho é responsável pela exclusão de incidência do imposto territorial rural nas glebas com áreas não excedentes de 25 has, quando o proprietário que não possua outro imóvel, as cultive só ou com a sua família, nos termos do § 6.º, do art. 21, da Constituição Federal, e Lei n.º 5868, de 12/12/1972.

Nos termos do anteprojeto (art. 31), o possuidor em condições de legitimar a posse fica sujeito apenas ao pagamento das despesas necessárias à sua demarcação, denominadas para esse efeito de taxa de transferência.

Ressalte-se, porém, que o artigo 32 prevê a hipótese de dispensa do pagamento da taxa de transferência ao possuidor reconhecidamente pobre.

Desse modo, a legitimação é o ato pelo qual o Estado concede terras devolutas ao posseiro, isto é, àquele que exerce posse através de moradia habitual e efetivo aproveitamento

agrícola ou pastoril da terra (art. 43).

Não se trata, como se vê, de atribuição patrimonial a título oneroso.

O anteprojeto, procurando facilitar ao posseiro a obtenção de título de domínio, faculta-lhe a oportunidade de requerer a legitimação de posse mesmo em se tratando de área não discriminada (art. 29).

Acolhido o pedido, será instaurado o processo discriminatório (art. 30), ficando a outorga do título de legitimação condicionada ao êxito do discrimine, a ser processado na forma do Capítulo III, TÍTULO I.

3. O Capítulo III, do presente TÍTULO, trata das terras incorporadas ao patrimônio do ITC, como próprios, por não serem passíveis de legitimação.

A incorporação dessas terras ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia se faz viabilizar a consecução dos objetivos para os quais o ITC foi criado.

As terras assim incorporadas estão afetadas a fins determinados.

Decorre daí, que o sentido público e social da destinação obedece tipologia taxativa (artigo 33, inciso I a III), ou seja, essas áreas só poderão ser incorporadas para fins de:

- pesquisa ou fomento;
- continuação de reserva florestais;
- venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

O artigo 34 e seus incisos I a IV estabelecem uma ordem de preferência aos que pretendem adquirir imóveis incorporados ao patrimônio do ITC.

Cogita-se aí, evidentemente, de alienação precedida de regular **procedimento de licitação**.

Além disso, o contrato de venda fica subordinado a condição resolutiva (art. 35, inc. I e II).

4. O anteprojeto se ocupa, igualmente, das terras consideradas reservadas, destinadas à segurança, à conservação e proteção dos mananciais e rios, à conservação da flora e fauna (art. 37, letras a e e).

As reservas serão declaradas, caso a caso, por decreto do Poder Executivo (art. 37, § 2.º).

Sob essa perspectiva o anteprojeto da flora e da fauna na Serra do Mar (art. 38).

A enumeração das áreas consideradas reservadas não obedece a critério rígido, como também não abrange todas aquelas mencionadas pelo Código Florestal, em seu artigo 2.º, letras a a i.

O que o anteprojeto pretende é conservar no domínio do Estado, como próprios, parcelas significativas de terras que possam ser rigorosamente fiscalizadas e administradas pelo Poder Público.

Daí dispor de forma genérica, que serão consideradas reservadas, entre outras, as áreas necessárias à conservação da flora e da fauna, e à conservação e proteção dos mananciais e rios.

Porém, fica a critério da Administração Pública declarar quais as áreas a serem consideradas reservadas e como tal inalienáveis.

VI - DO TÍTULO DE LEGITIMAÇÃO E DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

1. O anteprojeto prevê, no art. 39, os requisitos formais de que se deve revestir o título de legitimação bem como a descrição do imóvel, para o efeito de sua transcrição no registro imobiliário.

2. Trata, ainda, em seu art. 41, do cadastro imobiliário, que será organizado e estruturado com os resultados obtidos nos processos discriminatórios.

Verifica-se, por conseguinte, que se não cogita aí de cadastro meramente estatístico, mas, sim, de cadastro de valor e cunho jurídico.

VII — DISPOSIÇÕES FINAIS

Conclui-se, do exame procedido, que o anteprojeto modifica de modo radical e substancial a legislação de terras vigente.

Nas Disposições Finais podem ser assinaladas duas inovações: a primeira, prevista no art. 42, que visa proteger o patrimônio cultural do Estado, mantendo-se no domínio do Poder Público os imóveis que representem, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, pelo seu valor artístico ou excepcional beleza, um dado de cultura do povo; a segunda, disciplinada pelos artigos 44 a 48, autoriza o ITC a transigir nos processos judiciais para solucionar ou prevenir litígios sobre as terras objeto da discriminatória.

Adota-se, assim, solução de grande valia e utilidade para o êxito das ações discriminatórias. A orientação é preconizada e defendida pelo Professor Jacy de Assis, tendo sido acolhida pelo Estado de Goiás, Lei n.º 8309 de 16 de setembro de 1976, que autoriza o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás IDAGO — “a fazer composições e transigir nos processos judiciais discriminatórios para solucionar ou prevenir litígios sobre as terras”.

O anteprojeto, nesta parte, limitou-se, com ligeiras modificações que não lhe alteram a substância, a reproduzir o diploma legislativo do Estado de Goiás.

Esses os esclarecimentos que se faziam necessários para compreensão do resultado do trabalho elaborado”.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

TÍTULO I

DAS TERRAS DEVOLUTAS E DA SUA REGULARIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Da Conceituação das Terras Devolutas

Art. 1.º — São terras devolutas as que passaram ao domínio do Estado na conformidade do art. 64, da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, que não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público estadual, não se incorporaram ao domínio privado;

a) — por força da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, Decreto n.º 1.318, de 30 de janeiro de 1854, Lei n.º 68, de 20 de dezembro de 1892, Decreto n.º 1—A, de 8 de abril de 1893, e outras leis e decretos federais e estaduais;

b) — em virtude de alienação, concessão ou reconhecimento por parte do Estado;

c) — em virtude de sentença judicial com força de coisa julgada;

d) — por força de sentença declaratória nos termos do art. 148 da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937.

CAPÍTULO II

Do Registro de Posse e da Licença de Ocupação em Terras Devolutas

Art. 2.º — O Instituto de Terras e Cartografia exigirá de todo aquele que estiver ocupando imóvel presumidamente devoluto o registro de sua posse.

§ 1.º — Para cumprimento do disposto neste artigo, convocar-se-ão os interessados para apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, e em local e hora a serem fixados no edital de convocação, ou outro meio de intimação, seus títulos, documentos, informações de interesse e, se for o caso, testemunhas.

§ 2.º — O edital de convocação deverá ter ampla divulgação, devendo ser afixado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em lugar público na sede dos municípios e distritos,

e na localidade de situação do imóvel:

Art. 3.º — O registro das terras possuídas será lavrado em livro próprio do ITC, depois de vistoriada a área.

Parágrafo único. O registro de posse não confere algum direito ao possuidor.

Art. 4.º — Declarada a regularidade da posse, expedir-se-á licença de ocupação em favor do possuidor.

Parágrafo único. A licença de ocupação de que trata este artigo é insuscetível de sucessão por atos **inter vivos**.

Art. 5.º — Contra aquele que não haja obtido o reconhecimento de sua posse, ou que deixar de atender à intimação a que se refere o art. 2.º, será declarada a irregularidade da ocupação, providenciando-se a recuperação do imóvel esbulhado.

CAPÍTULO III

Da Discriminação das Terras Devolutas

Art. 6.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia — ITC, nos termos do art. 6.º, da Lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972, e do Decreto n.º 4.172, de 17 de novembro de 1977, promover a discriminação administrativa e judicial das terras devolutas, a fim de descrevê-las, medí-las e extremá-las do domínio particular.

Art. 7.º — O processo administrativo será inaugurado com base em relatório ou memorial descritivo, contendo:

I — o perímetro com suas características e confinância, aproveitando em princípio os acidentes;

II — as posses nele localizadas ou a ele confinantes, com os nomes e residências dos respectivos possuidores;

Ainda na Parte Geral do TÍTULO em exame, o anteprojeto impõe restrições à aquisição de terras devolutas ao declarar impedidos para legitimá-las (art. 25);

— os que exerçam cargo ou função pública a qualquer título (art. 25, inciso I);

— os que direta ou indiretamente estiverem incumbidos de sua guarda e administração (art. 25, inciso II);

— os que direta ou indiretamente tiverem participação na elaboração e execução de projetos ou programas de regularização e colonização (art. 25, inciso III)

— os que não forem posseiros, nos termos desta lei (art. 25, inciso IV).

As legitimações levadas a efeito com infringência ao disposto no artigo 25 e seus incisos, ainda que por interpostas pessoas, são nulas de pleno direito (art. 26), por gerarem uma presunção absoluta de fraude à lei.

2. O anteprojeto, ao acolher o instituto da legitimação de posse, nada mais faz do que dar cumprimento e execução à norma do artigo 171, da Constituição Federal que no dizer de PONTES DE MIRANDA, consagrou o princípio “**da aquisição da terra pela posse, trabalho e moradia**”. (grifamos).

Quando não vejamos:

“Art. 171 — A lei federal disporá sobre as condições de **legitimação de posse** e de preferência para aquisição até cem hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e o de sua família”.

Prevê o dispositivo constitucional nitidamente duas formas de transferência de domínio: **a legitimação de posse para as terras devolutas e a aquisição**, através de alienação, para as demais terras públicas.

Com efeito, é hoje inconcebível a venda de terras devolutas. Essas estão destinadas à legitimação aos posseiros.

Desde longa data a legislação de terras brasileiras vem consagrando o instituto de legitimação de posse.

Entre outros, destacamos os seguintes diplomas legislativos: Lei 601, de 18 de setembro de 1850; Decreto-Lei 14916, de 5 de agosto de 1945 (Lei de Terras do Estado de São Paulo); Decreto-Lei 9760, de 5 de novembro de 1946; Lei 3962, de 24 de julho de 1957 (Lei de Legitimação de Posse); Lei 4504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra); Lei 5868, de 12 de dezembro de 1972; Emenda Constitucional 01, de 17/10/1969.

III — a indicação de registro imobiliário em nome dos ocupantes;

IV — o esboço circunstanciado da gleba a ser discriminada ou seu levantamento aerofotogramétrico;

V — outras informações de interesse.

Art. 8.º — Examinados os autos convocar-se-ão os interessados para apresentar em dia, hora e lugar indicados com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, seus títulos, documentos e informações.

§ 1.º — A convocação ou citação será feita aos ocupantes proprietários, confinantes, a todos os interessados em geral, por edital, que conterá a descrição do perímetro da área a ser discriminada e as suas características.

§ 2º — O edital será afixado em lugares públicos, nas sedes dos municípios e distritos, publicados 1 (uma) vez no Diário Oficial do Estado, e 2 (duas) vezes na imprensa local onde houver.

Art. 9º — No dia, hora e lugar aprazados, os trabalhos serão instalados procedendo-se ao recebimento, exame e conferência dos memoriais, requerimentos, informações, títulos e documentos e rol de testemunhas apresentados pelos interessados. Nessa audiência os citados poderão, ainda, eleger perito para acompanhar a demarcação do perímetro.

§ 1º — Com os documentos e informações, deverão os interessados prestar esclarecimentos, por escrito ou verbalmente, acerca da origem e seqüência de seus títulos ou posse, da localização, área certa ou aproximada das terras de que se julgarem legítimos senhores e possuidores, de suas confrontações, dos nomes dos confrontantes, da natureza, qualidade, quantidade e valor das benfeitorias, culturas e criações nelas existentes.

§ 2º — As testemunhas oferecidas serão ouvidas desde logo e seus depoimentos tomados por escrito.

§ 3º — A diligência se prolongará por tantos dias quantos necessários, lavrando-se auto do que se passar com assinatura dos presentes.

§ 4º — Ultimados os trabalhos desta diligência serão designados dia e hora para a seguinte, ficando as partes presentes e revéis, convocadas para ela sem mais intimação.

§ 5º — Entre as duas diligências mediará intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) dias, durante o qual serão apreciados os documentos, alegações e direitos dos interessados.

Art. 10 — A segunda diligência instalar-se-á com as formalidades da primeira, tendo por objeto:

I — O reconhecimento de domínio particular;

II — O reconhecimento das posses;

III — Os acordos realizados entre os interessados;

IV — A exclusão do processo dos interessados por não haverem chegado a acordo ou serem revéis;

V — A descrição do perímetro a ser levantado e a designação do ponto de partida dos trabalhos topográficos.

Art. 11 — Findos os trabalhos, de tudo se lavrará ato sole- ne e circunstanciado, que será assinado pelos interessados, reconhecendo e aceitando todos os atos, termos e operações da discriminação feita.

Art. 12 — Homologado o acordo pelo Presidente do ITC, dar-se-á início aos trabalhos demarcatórios.

Art. 13 — A discriminação administrativa ou amigável não confere direito algum contra terceiros, senão contra o Estado e aqueles que forem partes no feito.

Art. 14 — Os particulares não pagam custas no processo discriminatório administrativo, salvo pelas diligências por eles requeridas.

Art. 15 — O processo discriminatório judicial será promovido:

I — contra os que discordarem ou forem revéis no processo administrativo;

II — Por presumida ineficácia do processo administrativo.

CAPÍTULO IV

Da Ocupação, Aproveitamento e Plano de Colonização das Terras Devolutas.

Art. 16 — Registrada a decisão proferida em processo discriminatório de perímetro em que haja sido apurada a existência de terras devolutas, o ITC, vistoriando a área, elaborará laudo circunstanciado de que fará constar:

I — o levantamento das terras eventualmente encontradas vagas;

II — o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados em condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações;

III — o rol dos possuidores que, em caráter preliminar, tenham sido considerados sem condições de legitimar suas posses, com a indicação de nacionalidade, estado civil, residência, extensão aproximada da posse, descrição das divisas, nomes dos confrontantes, natureza das benfeitorias, culturas e criações.

IV — a cobertura vegetal (Código Florestal).

Art. 17 — Os atos e termos do plano de colonização das terras discriminadas obedecerão as normas do Regulamento da presente lei.

Art. 18 — O ITC intimará o possuidor sem condições de legitimar sua posse a, dentro de 30 (trinta) dias, requerer licença de ocupação, que terá eficácia pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovada por igual período.

Art. 19 — A licença de ocupação é insuscetível de transferência por ato **inter vivos**.

Art. 20 — Contra os que na forma desta lei, não hajam obtido reconhecimento da legitimidade de suas ocupações, ou que não atenderem à intimação a que se refere o art. 18, será promovida a execução da sentença que declarou as terras de domínio do Estado.

TÍTULO II

DAS TERRAS DEVOLUTAS E DA SUA DESTINAÇÃO

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 21 — O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição da pequena propriedade rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único — Para os fins desta Lei considera-se pequena propriedade a assim definida no art. 4.º, inciso II, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra).

Art. 22 — As terras devolutas só poderão ser transferidas a título de legitimação de posse.

Art. 23 — O Estado negará legitimação de posse, quando assim entender de justiça, de interesse público ou quando assim lhe ordenar a disposição de lei, cumprindo-lhe, se for o caso, indenizar as benfeitorias feitas de boa fé.

Art. 24 — A transferência do domínio ao posseiro de terras devolutas, sem prejuízo de outros encargos previstos nesta lei, fica subordinada às seguintes condições resolutivas:

I — residir o adquirente com a sua família no imóvel pelo prazo mínimo de cinco (5) anos ininterruptos;

II — conservar no domínio a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada.

Parágrafo único — O inadimplemento de qualquer das condições previstas neste artigo resolve de pleno direito o domínio podendo o Estado reivindicar o imóvel do poder de quem o detenha. (art. 647, do Código Civil).

Art. 25 — As terras devolutas não podem ser legitimadas:

I — aos que exerçam cargo ou função pública a qualquer título;

II — aos que direta ou indiretamente estiverem incumbidos de sua guarda e administração;

III — aos que direta ou indiretamente tiverem participação na elaboração e execução de projetos ou programas de regulari-

zação e colonização;

IV — aos que não forem posseiros, nos termos desta lei.

Art. 26 — São nulas as legitimações em favor das pessoas enumeradas nos incisos I a IV do artigo anterior ainda quando as beneficiem por interposta pessoa. Reputam-se pessoas interpostas o pai, a mãe, os descendentes e o cônjuge do impedido.

Art. 27 — As terras devolutas encontradas vagas ou sem condições de serem legitimadas, serão incorporadas ao patrimônio do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná.

CAPÍTULO II

Da Legitimação de Posse

Art. 28 — O possuidor de terras devolutas, que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e o de sua família, nelas mantendo morada permanente por cinco (5) anos ininterruptos, poderá adquirir o domínio de área contínua até cem (100) hectares, mediante legitimação de posse.

Art. 29 — Em se tratando de área não discriminada, o pedido de legitimação de posse será dirigido ao Presidente do ITC, indicando:

I — o nome, nacionalidade, estado civil, residência e filiação do requerente;

II — a data da posse e os documentos que possam determinar a época do seu início e continuidade;

III — a situação das terras e indicação da área certa ou aproximada, a descrição dos limites da posse com a indicação de todos os confrontantes e as suas residências, o rol de testemunhas e documentos.

Art. 30 — Recebido o requerimento, o Presidente do ITC mandará instaurar processo discriminatório.

Art. 31 — A taxa de transferência devida pelo legitimante nos termos desta lei, compreende tão somente as despesas efetivamente realizadas com a demarcação de sua posse.

Art. 32 — Fica dispensado do pagamento da taxa de transferência o possuidor reconhecidamente pobre.

CAPÍTULO III

Das Terras Incorporadas

Art. 33 — As terras incorporadas ao patrimônio do ITC, nos termos do art. 27, só poderão ser destinadas:

I — para fins de pesquisa ou fomento;

II — para fins de constituição de reservas florestais, a cargo do Estado;

III — para fins de venda aos que se dedicam à atividade agrícola ou pastoril.

Art. 34 — Na venda, obedecida a seguinte ordem, será dada preferência:

I — aos que ocupam o imóvel nos termos do artigo 16, inciso III;

II — aos agricultores cujos imóveis rurais sejam comprovadamente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família;

III — aos que venham se dedicando, há mais de três anos, à atividade agrícola, na qualidade de arrendatários, parceiros ou assalariados;

IV — aos que forem membros de cooperativa ou sociedade de agricultores.

Art. 35 — Os contratos de venda outorgados pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, ficam subordinados às seguintes condições resolutivas:

I — conservar o adquirente no mínimo a quarta parte da área do imóvel em mata, ou proceder no prazo de dois (2) anos a reposição na mesma proporção, se houver sido devastada;

II — pagar o adquirente as prestações na data do vencimento.

Art. 36 — Resolvido o contrato por inadimplemento de qualquer das condições previstas, restituir-se-ão as partes ao estado anterior, ficando o adquirente obrigado a compor as perdas e danos.

CAPÍTULO IV

Das Reservas

Art. 37 — Das terras devolutas consideram-se reservadas:

a). as necessárias a obras de defesa nacional;

b). as necessárias à alimentação, conservação e proteção dos mananciais e rios;

c). as necessárias à conservação da flora e fauna;

d). as em que existirem quedas d'água, jazidas ou minas com áreas adjacentes indispensáveis ao seu aproveitamento, pesquisa e lavra;

e). as necessárias a logradouros públicos, à fundação, incremento de povoação, a parques florestais, à construção de estradas de ferro, rodovias e campo de ação e, em geral, a outros fins de necessidade ou utilidade públicas.

§ 1º — As terras destinadas à formação de reservas são insuscetíveis de apropriação e legalmente inalienáveis.

§ 2º — As reservas serão declaradas e determinadas, caso a caso, por decreto do Poder Executivo.

Art. 38 — Para os fins das letras "b" e "c" do artigo 55, o Poder Executivo mandará discriminar e demarcar desde logo as áreas devolutas, existentes na Serra do Mar, onde será absolutamente proibido a caça, a pesca, a cultura e a derrubada de matas.

TÍTULO III

DO TÍTULO DE LEGITIMAÇÃO E DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

CAPÍTULO I

Do Título de Legitimação

Art. 39 — Os títulos de legitimação serão assinados pelo Governador do Estado e pelo Presidente do ITC, devendo constar os nomes dos interessados, áreas, confrontações, datas, termos e modo dos atos, característicos e individualizações necessários para o registro e matrícula no Registro de Imóveis.

Art. 40 — O oficial do Registro de Imóveis remeterá ao ITC certidão do registro efetuado, para arquivamento e anotação em Cadastro.

CAPÍTULO II

Do Cadastro Imobiliário

Art. 41 — O ITC manterá cadastro imobiliário atualizado, tendo como finalidades básicas:

I — o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do Estado, com o objetivo de fornecer elementos de orientação à Política Agrícola Estadual;

II — a obtenção de dados que orientem os órgãos de assistência técnica e creditícia aos lavradores e pecuaristas, nas tarefas de formulação dos respectivos planos assistenciais;

III — o conhecimento das disponibilidades de terras devolutas para fins de colonização, regularização da situação dos posseiros ou para constituição de reservas de proteção à natureza.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 — Serão mantidos no domínio do Estado os imóveis cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, por seu excepcional valor arqueológico ou artístico, ou por serem sítios de excepcional beleza.

Art. 43 — Considera-se posseiro, para os efeitos desta lei, aquele que exerce posse através de moradia habitual e de efetivo aproveitamento agrícola ou pastoral da terra.

Art. 44 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 45 — Revogam-se as disposições em contrário.

— A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 113/78

Curitiba, 10 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exª, para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio de cooperação celebrado em 21 de agosto de 1978, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando proporcionar ao Estado, cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do Projeto "Plano Estadual de Comercialização".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem n.º 114/78 Curitiba, 10 de outubro de 1978.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem n.º 131/77, de 05 de dezembro de 1977, através da qual foi encaminhado a essa augusta Assembléia Legislativa anteprojeto dispondo sobre nova estrutura e quadro especial de Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em consonância com reexame procedido na matéria, solicitar seja alterada a redação dos arts. 36 e 47, do citado plano de lei, para a forma seguinte:

"Art. 36. — Os atuais integrantes das séries de classes de Advogado que no concurso de que trata o artigo 35, obtiverem classificação inferior que, 105.º (centésimo quinto) lugar, integrarão, com os mesmos impedimentos e jornada de trabalho, a 3ª classe da carreira instituída por esta lei, cujos cargos, provisórios, com a denominação de Advogado, extinguir-se-ão à medida que vagarem.

§ 1.º — Os vencimentos mensais dos cargos de Advogado de 3ª classe ficam fixados em Cr\$ 9.850,00 (nove mil e oitocentos e cinquenta cruzeiros).

§ 2.º — Os ocupantes da 3ª classe terão acesso às vagas que ocorrerem na 2ª classe de Advogado, obedecida a ordem de classificação de que trata o art. 35.

§ 3.º — Para o acesso a que se refere o parágrafo anterior destinar-se-á metade das vagas ocorridas, realizando-se concurso público de provas e títulos (art. 25) quanto às demais vagas.

§ 4.º — A primeira vaga ocorrida na 2ª classe de Advogado será provida por acesso, na forma dos parágrafos anteriores e as vagas a serem providas por concurso público serão, observada a proporção estabelecida, reservadas de modo que o respectivo concurso seja realizado quando o número de vagas seja igual ou superior a 10 (dez)"; e

"Art. 47 — Os integrantes das séries de classes de Advogado, do Quadro Único de Pessoal e dos Quadros Próprios das Autarquias, que não quiserem ingressar na carreira criada por esta lei, incluída a hipótese do artigo 36, preferindo não sujeitar-se aos impedimentos inerentes e não submeter-se ao concurso, deverão formalizar opção no prazo de dez (10) dias, contados da data da publicação desta lei, sendo, em conseqüência, relotados à SERH, com a denominação, de cargos alterada para "Assistente Jurídico".

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
— À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem n.º 115/78 Curitiba, 11 de outubro de 1978.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que reestrutura e dá nova organização à Coor-

denação da Receita do Estado — Secretaria de Estado das Finanças.

O presente anteprojeto de lei foi elaborado em conjunto com técnicos do Ministério da Fazenda, adotando norma que aquele Órgão pretende padronizar a nível nacional junto às Secretarias Estaduais da área fazendária.

Participaram no presente trabalho, além do Ministério da Fazenda, as Secretarias de Estado do Planejamento, dos Recursos Humanos e das Finanças.

O anteprojeto apresentado a essa egrégia Assembléia Legislativa, faz inserir em seu contexto profundas alterações, no campo das estruturas básicas, adotando na Coordenação da Receita do Estado — Secretaria de Estado das Finanças —, um enfoque sistemático entre as áreas de tributação, arrecadação, fiscalização e informações.

Tendo em vista o crescimento verificado nas atividades dos grandes contribuintes obrigando uma evolução nos campos do direito e da contabilidade, o presente trabalho visa, também equipar a C.R.E., para acompanhar esse desenvolvimento verificado nas empresas privadas, exigindo escolaridade superior para seus funcionários e criando, paralelamente, o Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita - CENPRE - que se encarregará da "formação" e "informação" específicas para a área fisco-arrecadadora.

A ocupação das posições estruturais, ao longo do tempo, manter-se-á flexível e funcional, pois será por tempo determinado.

Esta lei vai atualizar uma estrutura que data do ano de 1967, daí o seu especial significado para a área das Finanças, tendo em vista o elevado interesse público, solicito que na apreciação da matéria contida na presente mensagem de lei, seja observado o disposto no parágrafo 3.º do artigo 25 da Constituição do Estado.

Certo de que o plano de lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado
ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria de Estado das Finanças e dá outras providências.

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

Disposições Preliminares

Art. 1.º — A presente lei organiza a estrutura das séries de classes do Grupo Ocupacional Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF) da Coordenação da Receita do Estado — CRE.

Art. 2.º — À Coordenação da Receita do Estado, cujos funcionários têm asseguradas a privacidade e a especialização das séries de classes que a integram, incumbe os encargos relacionados com a coordenação, a programação e o exercício da tributação, da arrecadação e da fiscalização (TAF) dos tributos estaduais e delegados.

TÍTULO II

DOS CARGOS E DA FUNÇÃO GRATIFICADA

CAPÍTULO I

Seção I

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 3.º — Os cargos de provimento efetivo da Coordenação da Receita do Estado integram classes e séries de classes.

Art. 4.º — Para efeitos da presente lei:

I — Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao funcionário da Coordenação da Receita do Estado (CRE), identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos;

II — classe é o conjunto de cargos com vencimento fixado segundo o nível de habilitação, qualificação por treinamento, volume de trabalho e grau de responsabilidade;

III — série de classes é o conjunto de classes do mesmo gênero de atividades funcionais, dispostas hierarquicamente, constituindo a linha vertical de promoção do funcionário da Coordenação da Receita do Estado (CRE);

IV — grupo ocupacional é o conjunto de atividades correlatas ou afins que abrange as séries de classes.

Parágrafo único — As classes que formam as séries de classes AF-1 e AF-3 são compostas de quatro referências, cujo critério de ocupação será definido por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5.º — A estrutura do Grupo Ocupacional "TAF", com vencimento estabelecido no Anexo I desta Lei, compreende quatro séries de classes distintas:

I — Agente Fiscal 1 (AF-1);

II — Agente Fiscal 2 (AF-2);

III — Agente Fiscal 3 (AF-3);

IV — Agente Fiscal 4 (AF-4).

Art. 6.º — A série de classes de Agente Fiscal 1 (AF-1), privativa de quem possua grau universitário completo, é composta de 3 (três) classes com a seguinte simbologia:

I — AF-1 - a;

II — AF-1 - b;

III — Af-1 - c.

Art. 7.º — A série de classes de Agente Fiscal 2 (AF-2), privativa de quem possua escolaridade de segundo grau completo, é composta de três (03) classes com a seguinte simbologia:

I — AF-2 - a;

II — AF-2 - b;

III — AF-2 - c.

Art. 8.º — A série de classes de Agente Fiscal 3 (AF-3), privativa de quem possua escolaridade de 1.º grau completo, é composta de três (03) classes com a seguinte simbologia:

I — AF-3 - a;

II — AF-3 - b;

III — AF-3 - c.

Art. 9.º — O grupo ocupacional "TAF" é constituído de cargos obedecendo a seguinte especificação:

I — 290 cargos da série de classes de AF-1, para a área de fiscalização em empresas de grande porte e de categorias especiais - Cadastro Especial de Contribuintes - gerência, chefia ou assessoramento;

II — 610 cargos da série de classes de AF-2, para a área de fiscalização em empresas de médio porte - Cadastro Intermediário de Contribuintes, funções de chefias intermediárias e operações especiais;

III — 350 cargos da série de classes de AF-3, para a área de fiscalização em empresas de pequeno porte - Cadastro de Estimativa - trânsito de mercadorias e funções de Caixa de Agência de Rendas e Sub-Chefe de Posto Fiscal.

§ 1.º — O número de cargos nas diferentes séries de classes do grupo ocupacional "TAF" correspondente às séries de classes AF-1 e AF-3, será fixado para cada classe, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a classe inicial, 30% (trinta por cento) para a classe intermediária e 20% (vinte por cento) para a classe final, em correspondência ao número total dos cargos da respectiva série de classes.

§ 2.º — Para os fins do item I deste artigo são considerados encargos de gerência e assessoramento, todos os inerentes ao exercício de cargos em comissão.

§ 3.º — Para os fins dos itens II e III, são consideradas as demais funções gratificadas.

§ 4.º — As atribuições dos cargos descritos nos itens I, II e III, deste artigo, estão enumeradas no Anexo V.

Seção II

DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 10 — Os cargos de provimento em comissão destinam-se a atender encargos de gerência, chefia ou assessoramento.

§ 1.º — A nomeação para provimento de cargos em comissão será de escolha do Chefe do Poder Executivo entre os funcionários do grupo ocupacional "TAF", série de classes AF-1, exceto o de Diretor da CRE e os de Consultores Técnicos.

§ 2.º — A posse em cargo em comissão determina o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal comprovada.

Art. 11 — As atribuições e responsabilidades dos cargos em comissão são definidas em ato do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 12 — O quadro especial da Coordenação da Receita do Estado, é integrado pelos cargos de provimento efetivo e em comissão, considerados essenciais à administração da CRE.

Parágrafo único — A lotação dos órgãos da Coordenação da Receita do Estado a ser atendida com o pessoal integrante do quadro especial é regulada por ato do Poder Executivo.

CAPÍTULO III

DA FUNÇÃO GRATIFICADA

Art. 13 — A função gratificada, vantagem acessória ao vencimento do funcionário, não constitui emprego e é atribuída pelo exercício de encargos de chefia, previstos no Regimento Interno da Coordenação da Receita do Estado, onde se estabelecerá a competência para designar os funcionários que irão exercê-las.

§ 1.º — A dispensa da função gratificada cabe à autoridade competente para a respectiva designação.

§ 2.º — A designação para função gratificada vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato, competindo à autoridade a quem se subordinará o funcionário dar-lhe exercício imediato.

Art. 14 — O Secretário de Estado das Finanças é a autoridade competente para criar, regulamentar, classificar e extinguir Unidades Administrativas, com base, entre outros, nos princípios de hierarquia funcional, analogia das funções, importância, vulto e complexidade das respectivas atribuições.

Parágrafo único — A alteração prevista neste artigo, quando modificar o Regimento Interno da Coordenação da Receita do Estado será processada, mediante audiência da Secretaria de Estado do Planejamento.

TÍTULO III

CAPÍTULO ÚNICO

Da Descentralização

Art. 15 — O território do Estado do Paraná, para efeito de tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais, será dividido em regiões, e estas subdivididas em circunscrições correspondentes aos territórios dos municípios ou grupo de municípios.

Art. 16 — Para os efeitos do artigo anterior, as regiões, as circunscrições e os postos fiscais, serão criados, alterados, agrupados, classificados e extintos por ato do Secretário de Estado das Finanças, com base na arrecadação, população, número de contribuintes, valor adicionado e volume de trabalho.

Parágrafo único — O Secretário de Estado das Finanças, em decorrência de convênio, poderá criar Unidades Administrativas, jurisdicionadas à CRE, em outros Estados da Federação.

TÍTULO IV

DO PROVIMENTO DE CARGOS

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 17 — Os cargos do grupo ocupacional "TAF", serão providos por:

I — nomeação;

II — promoção;

- III — acesso;
- IV — reintegração;
- V — aproveitamento.

CAPÍTULO II

Da Nomeação

Art. 18 — A primeira investidura em cargo do grupo ocupacional "TAF", dependerá da habilitação em concurso público na forma do artigo 21.

Art. 19 — A nomeação será feita:

- I — em caráter efetivo, quando mediante concurso público, para a classe inicial da série de classes;
- II — em comissão, quando se tratar de cargo que em virtude de lei, assim deve ser provido;
- III — em substituição, no impedimento legal de ocupante de cargo em comissão.

Art. 20 — Será provido em cargo do grupo ocupacional "TAF", somente quem preencher os seguintes requisitos:

- I — ser brasileiro;
- II — ser maior de 18 (dezoito) e menor de 35 (trinta e cinco) anos até a data da inscrição em concurso;
- III — haver cumprido as obrigações militares;
- IV — estar em gozo dos direitos políticos;
- V — ter boa conduta;
- VI — possuir habilitação para o exercício do cargo;
- VIII — gozar de boa saúde física e mental, comprovada em inspeção médica;
- VIII — não ter sido demitido ou exonerado por fato de que resultaria demissão do serviço público Federal, Estadual ou Municipal.

CAPÍTULO III

Do Concurso Público

Art. 21 — Os concursos para provimento da classe inicial das séries de classes de AF-2 e AF-3, compreenderão 2 (duas) fases:

- I — provas de capacidade intelectual, conhecimentos específicos e gerais, e de títulos;
- II — curso de formação.

§ 1.º — O provimento da classe inicial da série de classes de AF-1, somente dar-se-á mediante Concurso Público, na forma deste artigo, quando não houver funcionários habilitados ao acesso.

§ 2.º — Compete ao Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita (CENPRE), criado pelo artigo 112 desta Lei, propor a realização de concurso para a série de classes de AF-1, configurada a hipótese do parágrafo anterior.

Art. 22 — As provas, inclusive de títulos, serão da exclusiva competência da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, enquanto que o Curso de Formação será organizado, ministrado e avaliado pelo CENPRE, criado pelo artigo 112.

Art. 23 — As fases do concurso público compreendem:

- I — processo seletivo, de que farão parte provas escritas e de títulos, com caráter eliminatório e classificatório que habilitará candidatos para o ingresso no Curso de Formação, até o limite de 150% (cento e cinquenta por cento), do total das vagas existentes e definidas no Edital do Concurso;
- II — Curso de Formação, com caráter eliminatório, que habilitará candidatos, para efeito de nomeação, até o limite das vagas existentes e definidas no Edital do Concurso.

Art. 24 — Aos candidatos aprovados na primeira etapa do concurso público, na forma e no limite do item I do artigo anterior é assegurada a matrícula no Curso de Formação, na condição de bolsista.

Art. 25 — A Bolsa de Estudo de que trata o artigo anterior terá a duração do Curso de Formação e não implicará em vínculo empregatício com o Estado.

§ 1.º — A Bolsa de Estudo de que trata o presente artigo, será paga mensalmente, durante o Curso de Formação, cujo valor não poderá ser superior ao vencimento da classe inicial da

série de classes a que corresponder o concurso.

§ 2.º — O programa, a duração e a forma de avaliação dos cursos de formação serão regulamentados por ato do Secretário de Estado das Finanças.

Art. 26 — O candidato que não conseguir o rendimento mínimo para aprovação no Curso de Formação, ou, ainda, não satisfizer aos demais requisitos legais, regulamentares ou regimentais pertinentes, será reprovado no concurso.

Art. 27 — Concluído o Curso de Formação, a relação dos candidatos aprovados será enviada à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos - SERH, para homologação, atendendo-se, para a nomeação, a ordem de classificação da primeira etapa do concurso.

Art. 28 — O concurso público terá validade por 2 (dois) anos, a partir da data de sua homologação.

Art. 29 — Ao funcionário da Coordenação da Receita do Estado é assegurado o afastamento para participar de Curso de Formação, cuja duração é considerada como de efetivo exercício.

CAPÍTULO IV

DA POSSE

Art. 30 — Posse é o ato que completa a investidura em cargo do grupo ocupacional "TAF".

Parágrafo único — Independem de posse os casos de promoção, acesso e reintegração.

Art. 31 — São requisitos para a posse, além dos exigidos pelo artigo 20 da presente Lei:

I — habilitação prévia em concurso público, conforme artigo 21 da presente Lei, nos casos de provimento efetivo na classe inicial;

II — cumprimento das condições especiais previstas em Lei para cargos em comissão.

Parágrafo único — Será recusada a posse de quem tenha omitido fato que o impediria de submeter-se ao concurso.

Art. 32 — Salvo menção expressa do regime de acumulação, no ato de posse, ninguém poderá ser empossado em cargo efetivo, sem declarar que não exerce outro cargo ou função pública da União, dos Estados, dos Municípios, de Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista ou Fundações instituídas pelo Poder Público, ou sem provar que solicitou exoneração ou dispensa do cargo ou função que ocupava em qualquer dessas entidades.

Art. 33 — São competentes para dar posse:

I — O Secretário de Estado das Finanças, ao nomeado para cargo em comissão;

II — O Chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial aos funcionários nomeados para a classe inicial de série de classes.

Art. 34 — No ato da posse será apresentada declaração pelo funcionário empossado dos bens e valores que constituem o seu patrimônio, nos termos da regulamentação pertinente.

Art. 35 — A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para esse fim.

Art. 36 — A posse terá lugar dentro do prazo de 15 (quinze) dias, da publicação no órgão oficial de divulgação, do ato de nomeação.

§ 1.º — A requerimento do interessado, o prazo para a posse poderá ser prorrogado, pela autoridade competente, até o máximo de 30 (trinta) dias, a contar do término do prazo de que trata este artigo.

§ 2.º — Se a posse não se der dentro do prazo inicial ou da prorrogação, desde que concedida, será a nomeação tornada sem efeito.

CAPÍTULO V

Do Exercício

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 37 — O início, a interrupção e o reinício do exercício

serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Parágrafo único — O início do exercício e as alterações que neste ocorrerem serão comunicados pelo chefe imediato ao órgão competente.

Art. 38 — Ao Chefe da Unidade Administrativa, para a qual for designado o funcionário, compete dar-lhe exercício.

Art. 39 — O exercício do cargo ou da função terá início no prazo de 15 (quinze) dias contados da data:

I — da publicação oficial do ato, no caso de reintegração e remoção;

II — da posse, nos demais casos.

§ 1.º — O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado, por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a 30 (trinta) dias.

§ 2.º — O funcionário removido, quando licenciado, terá 15 (quinze) dias de prazo para entrar em exercício, a partir do término da licença.

Art. 40 — O disposto no artigo anterior não se aplica ao funcionário removido para repartição situada na mesma cidade, quando o exercício se verificará de imediato.

Art. 41 — A promoção não interrompe o exercício que é contado na nova classe, a partir da data da publicação do ato que promover o funcionário.

Art. 42 — Será demitido o funcionário que interromper o exercício por 30 (trinta) dias, ressalvados os casos que encontrem amparo em outras disposições desta Lei.

Art. 43 — Entende-se por lotação, o número de funcionários por categoria funcional que deve ter exercício em cada unidade administrativa.

Parágrafo único — O funcionário da Coordenação da Receita do Estado removido, a pedido, para unidade administrativa onde não haja vaga na classe a que pertencer, não fará jus à percepção do prêmio de produtividade e da gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento.

Art. 44 — O afastamento do funcionário verificar-se-á somente nos casos previstos nesta Lei.

§ 1.º — O afastamento não se prolongará por mais de 2 (dois) anos consecutivo, salvo quando, para o exercício de cargo de direção ou em comissão nos Governos da União, dos Estados ou dos Municípios, ou na hipótese de funcionário à disposição da Presidência da República, ou ainda, para exercício de cargo eletivo no âmbito federal, estadual ou municipal, casos em que poderá permanecer afastado durante o tempo que perdurar a comissão, a requisição ou o mandato.

§ 2.º — Durante o afastamento, o funcionário perderá o direito à percepção da vantagem de exercício que compreende: o prêmio de produtividade e a gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento de que tratam, respectivamente os artigos 91 e 92 desta Lei.

§ 3.º — Preso por ordem legal, o funcionário será afastado do exercício, até a decisão final passada em julgado, caso em que perderá o direito à percepção de 1/3 (um terço) do vencimento, as vantagens de exercício: gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento e o prêmio de produtividade, tendo o direito ao ressarcimento, se for absolvido.

§ 4.º — o ressarcimento de que trata o parágrafo anterior, no que se refere ao prêmio de produtividade será a média aritmética dos percentuais de quotas percebidas nos últimos 3 (três) meses que antecederem o afastamento.

SEÇÃO II

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 45 — Os funcionários do Grupo Ocupacional "TAF", ficam sujeitos à prestação de no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, em sistema de rodízio de períodos diurnos e noturnos.

Parágrafo único — O comparecimento ao trabalho poderá ser exigido aos sábados, domingos e feriados, quando não haja

escala de serviços, garantido o descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.

Art. 46 — Serão consideradas parte integrante da jornada de trabalho, as atividades docentes e discentes e de administração de treinamento, quando vinculadas à formação, especialização e aperfeiçoamento do Grupo Ocupacional "TAF".

Parágrafo único — Será permitido o pagamento de horas-aula, monitoria e de atividade auxiliar de ensino aos funcionários do Grupo Ocupacional "TAF", desde que ministradas fora do expediente normal.

SEÇÃO III

Do Desvio da Função

Art. 47 — Nenhum servidor poderá desempenhar atribuições diversas das pertinentes à classe a que pertencer, salvo se se tratar de gratificação de função, de cargo em comissão, de substituição ou de desempenho em função de relevância.

Parágrafo único — São funções de relevância: assessoramento direto ao Governador, ao Secretário de Estado das Finanças, à União e outras funções a critério do Governador do Estado.

CAPÍTULO VI

Da Remoção

Art. 48 — Remoção é o deslocamento do funcionário de uma para outra unidade administrativa da Coordenação da Receita do Estado e processar-se-á, de ofício ou a pedido do funcionário.

§ 1.º — A remoção respeitará a lotação dos órgãos ou unidades administrativas da CRE e será determinada no âmbito de cada um pelos respectivos chefes.

§ 2.º — Semestralmente a CRE divulgará as vagas existentes nas unidades administrativas.

Art. 49 — A remoção em qualquer caso dependerá da existência de vagas na lotação.

Art. 50 — O funcionário da CRE não poderá ser removido para unidade administrativa hierarquicamente superior àquela onde tem exercício, ressalvada a hipótese de promoção.

§ 1.º — O funcionário nomeado para cargo em comissão ou designado para função gratificada, terá assegurada a sua vaga em unidade administrativa de igual nível à unidade administrativa de origem e quem eventualmente a vier ocupando, por seu turno, retornará à sua situação funcional anterior.

§ 2.º — Mediante avaliação de desempenho, o funcionário da CRE poderá ser removido para unidade administrativa hierarquicamente inferior àquela onde tem exercício.

Art. 51 — A remoção por permuta será processada a pedido escrito de ambos os interessados, respeitado o interesse do serviço e hierarquia funcional.

Art. 52 — O funcionário do Grupo Ocupacional "TAF" em exercício de chefia ou assessoramento será remanejado, obrigatoriamente, a cada 2 (dois) anos, mediante ato do Secretário de Estado das Finanças, ressalvados os casos privados do Chefe do Poder Executivo.

§ 1.º — Entende-se por remanejamento de que trata este artigo, a mudança de chefia com ou sem ocorrência de deslocamento físico para outra sede.

§ 2.º — Será assegurado ao funcionário o período mínimo de um ano de permanência na unidade administrativa para onde foi remanejado e, excepcionalmente, um período de até 3 (três) anos, a critério da administração.

Art. 53 — O funcionário do Grupo Ocupacional "TAF" que não exerça cargo ou função de chefia ou assessoramento, será remanejado, obrigatoriamente, a cada quatro anos, atendida a necessidade dos serviços e observada a existência de vagas.

Parágrafo único — O funcionário remanejado na forma deste artigo, quando não designado para encargos de chefia ou assessoramento, terá obrigatoriamente, exercício em outra unidade administrativa.

CAPÍTULO VII

Da Promoção

Art. 54 — Promoção é a elevação do funcionário à referência ou à classe imediatamente superior àquela a que pertencer, dentro da mesma série de classes, obedecidos os critérios de treinamento e avaliação de desempenho, simultaneamente.

Art. 55 — Não poderá haver promoção de funcionário em estágio probatório ou em disponibilidade.

Art. 56 — A gratificação quinquenal e os adicionais constituem a promoção por antiguidade.

Parágrafo único — A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe, apurado em dias.

Art. 57 — O treinamento será determinado pelas necessidades mínimas do cargo ou função.

Art. 58 — A avaliação de desempenho será determinada pelo acompanhamento de resultados do funcionário do Grupo Ocupacional "TAF", pelo órgão competente, observados os encargos e experiência de campo.

Art. 59 — A Promoção Horizontal processar-se-á dentro da mesma classe com mudança de referência, independentemente de vagas.

Parágrafo único — A Promoção Horizontal será efetuada de forma contínua, a ser definida em regulamentação própria, observados os critérios estabelecidos neste artigo.

Art. 60 — É vedado ao funcionário do Grupo Ocupacional "TAF" ser promovido horizontalmente mais de duas vezes num período de doze meses.

Art. 61 — O funcionário da CRE passará a perceber vencimento e vantagens da nova classe em que for promovido, a partir da data em que se lhe assegurou o direito à promoção.

Art. 62 — Será de dois anos de efetivo exercício na classe o interstício para promoção vertical.

Parágrafo único — Se não houver funcionário com o requisito indicado neste artigo, poderá concorrer à promoção o que contar pelo menos com um ano de efetivo exercício na classe.

Art. 63 — O funcionário promovido passará, na classe superior, a contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 64 — O funcionário submetido a processo administrativo não poderá ser promovido, assegurando-lhe esse direito no caso de absolvição.

Art. 65 — Havendo empate na classificação, terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço na CRE, continuando o empate, terá preferência sucessivamente, o de maior tempo de serviço público estadual, o de maior prole dependente e o mais idoso.

Art. 66 — Será declarado sem efeito o ato que houver decretado indevidamente a promoção.

§ 1.º — O funcionário promovido indevidamente, por erro exclusivo da administração, não ficará obrigado a restituir o que a mais ele houver recebido, exceto na hipótese do artigo 64.

§ 2.º — O funcionário ao qual cabia a promoção será indenizado da diferença do vencimento e demais vantagens a que tiver direito, à época.

Art. 67 — A Promoção Vertical processar-se-á da classe imediatamente inferior, última referência, para a classe imediatamente superior, referência inicial, desde que verificada a existência de vaga, que o funcionário tenha sido remanejado pelo menos uma vez e tenha satisfeito os critérios de habilitação, avaliação de desempenho e treinamento.

CAPÍTULO VIII

Do Acesso

Art. 68 — Acesso é o ingresso do funcionário fiscal AF-4, AF-3 e AF-2, da classe final da respectiva série de classe na inicial da série de classes, AF-3, AF-2 e AF-1 respectivamente, respeitados a habilitação profissional, treinamentos exigidos e avaliação de desempenho.

§ 1.º — Aplicam-se ao provimento por acesso as regras e

demais disposições relativas à promoção.

§ 2.º — O acesso processar-se-á de seis em seis meses, imediatamente após à época fixada para as promoções, sempre que houver vagas e candidatos com interstício.

Art. 69 — Para o acesso à série de classes, cujo exercício depende de habilitação profissional específica, fica o candidato obrigado a apresentar o respectivo diploma e certificado de habilitação em curso exigido pela legislação vigente.

Art. 70 — O funcionário provido por acesso, perceberá na nova classe o vencimento correspondente e terá reiniciado a contagem do tempo de serviço para efeito de promoção.

Art. 71 — O acesso processar-se-á:

I — da série de classes de AF-2 para a série de classes de AF-1, pelo total das vagas existentes;

II — da série de classes de AF-3 para a série de classes de AF-2, na base de 50% das vagas existentes;

III — da série de classes de AF-4 para a série de classes de AF-3, na base de 50% das vagas existentes.

Parágrafo único — As vagas restantes, na séries de classes de AF-2 e AF-3, que poderão, no entanto, ser aumentadas, se o número de candidatos habilitados ao acesso for inferior às vagas para aquele fim previstas, serão preenchidas por concurso público de provas e títulos.

TÍTULO V

Dos Direitos, Vantagens e Concessões

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS

SEÇÃO I

Da Aposentadoria

Art. 72 — O funcionário da Coordenação da Receita do Estado será aposentado:

I — por invalidez;

II — a pedido; depois de trinta e cinco anos de serviço;

III — compulsoriamente, aos setenta anos de idade.

§ 1.º — No caso do inciso II, o prazo será reduzido para trinta anos para as mulheres.

§ 2.º — A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não inferior a vinte e quatro meses, salvo quando a Junta Médica declarar a incapacidade para o serviço ou na hipótese do artigo 100 da presente Lei.

§ 3.º — Será aposentado o funcionário que for considerado inválido para o serviço e não puder se readaptado na forma desta Lei.

§ 4.º — No caso do inciso II, o funcionário aguardará em exercício ou dele legalmente afastado, a publicação do ato de aposentadoria.

§ 5.º — No caso do inciso III, o funcionário é dispensado do comparecimento ao serviço, a partir da data em que completar a idade limite.

Art. 73 — O funcionário da Coordenação da Receita do Estado integrante do Grupo Ocupacional "TAF", será aposentado:

I — Com os proventos de inatividade correspondente ao vencimento integral do cargo efetivo, acrescidos do prêmio de produtividade e da gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento e adicionais por tempo de serviço, ou;

II — se houver exercido, na área do Poder Executivo, por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão e/ou funções gratificadas, com o valor do vencimento do cargo em comissão e/ou vantagens da função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses, ainda que esse cargo e/ou função, passe, por força de lei, a ter nova denominação e valor.

Art. 74 — Se, nas condições do inciso II, do artigo anterior, o cargo em comissão não se conformar à simbologia dos cargos em comissão da estrutura de Coordenação da Receita do Estado, o funcionário da CRE aposentar-se-á com o venci-

mento do maior cargo que haja exercido.

Art. 75 — O prêmio de produtividade e a gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento que integrar os proventos de aposentadoria, inclusive na hipótese do artigo anterior, só serão calculados sobre o vencimento do cargo efetivo ou do cargo em comissão da estrutura da CRE a que tiver direito, observado o artigo 76.

Art. 76 — O cálculo para a integração do prêmio de produtividade de aposentadoria será feito com base na média aritmética dos valores percebidos, a título de quotas, no período compreendido entre o 6.º (sexto) mês anterior ao preenchimento da condição temporal, até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Parágrafo único — Para o funcionário que, após a vigência desta Lei, tiver tempo de serviço acrescido, e com ele completar a condição temporal para aposentação, o prêmio de produtividade de que trata o "caput" será calculado com base na média aritmética dos valores percebidos no período compreendido entre o 6.º (sexto) mês anterior à data da averbação que lhe assegurar o direito à aposentadoria até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Art. 77 — A gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento do cargo efetivo ou do cargo em comissão será calculada pelo valor do vencimento que integrar os proventos de inatividade ressalvada a hipótese do Art. 74.

Art. 78 — Os proventos de aposentadoria que compreendem: vencimento, prêmio de produtividade e gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos do funcionário público estadual.

Art. 79 — O funcionário aposentado compulsoriamente por implemento de idade terá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 80 — A aposentadoria produzirá efeito a partir da data da publicação do respectivo ato no órgão oficial de divulgação.

SEÇÃO II

Das Férias

Art. 81 — O funcionário gozará trinta dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala para este fim organizada, pelo chefe da unidade administrativa a que estiver subordinado e comunicada ao órgão competente.

§ 1.º — É vedado levar à conta das férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2.º — Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

§ 3.º — As férias não poderão ser fracionadas, salvo nos casos em que as mesmas devam ser suspensas por justificada exigência do serviço.

Art. 82 — O funcionário que por imperiosa necessidade de serviço, deixar de gozar férias, a requerimento seu, terá computado o respectivo período em dobro, para todos os efeitos legais.

§ 1.º — A necessidade de serviço será definida pelo órgão competente de pessoal, dentro do ano civil do gozo das férias, mediante prévia exposição de motivos do chefe imediato.

§ 2.º — O funcionário que não desejar o benefício deste artigo, poderá gozar as férias em outra época, num limite de 2 (dois) períodos por ano.

§ 3.º — Os direitos assegurados por este artigo, inclusive por seu parágrafo segundo, prescrevem em 2 (dois) anos, a contar do primeiro dia do ano seguinte em que as férias normais forem deixadas de gozar.

Art. 83 — Durante as férias, o funcionário terá direito a todas as vantagens, como se estivesse em exercício.

Art. 84 — O chefe da repartição organizará, no mês de dezembro, a escala de férias para o ano seguinte, que poderá alterar de acordo com as conveniências do serviço, avisados os

funcionários interessados, sempre que possível, com antecedência mínima de dez dias.

Parágrafo único — Os funcionários que exerçam função de chefia e direção não serão incluídos na escala.

Art. 85 — O funcionário promovido, removido ou transferido, quando em gozo de férias, não será obrigado a interrompê-las.

Art. 86 — Ao entrar em férias o funcionário comunicará ao chefe imediato o seu endereço eventual, sendo-lhe facultado gozá-las onde lhe aprouver.

Art. 87 — À família do funcionário que falecer em gozo de férias, será pago o vencimento ou remuneração relativo a todo o período, sem prejuízo do Auxílio Funeral.

SEÇÃO III

Do Vencimento e da Remuneração

Art. 88 — Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao símbolo, ou ao nível fixado em lei.

Art. 89 — Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo no âmbito da CRE, correspondente ao vencimento mais as seguintes vantagens asseguradas por lei:

I — gratificação de função;

II — prêmio de produtividade;

III — gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento;

IV — representação de gabinete;

V — adicionais.

Art. 90 — A gratificação de função é a que corresponde ao exercício de Função Gratificada existente na estrutura da Coordenação da Receita do Estado.

Art. 91 — O prêmio de produtividade é atribuído ao funcionário do Grupo Ocupacional TAF que no desempenho de suas atribuições, contribuir com eficácia no incremento das atividades inerentes à Tributação, Arrecadação e Fiscalização dos tributos estaduais, inclusive na orientação do contribuinte e no aperfeiçoamento da administração tributária.

Parágrafo único — Fica vedada a participação de funcionários públicos do Grupo Ocupacional "TAF" no produto da arrecadação de tributos e multas estaduais.

Art. 92 — A gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento do cargo efetivo ou do cargo em comissão é atribuído ao funcionário da Coordenação da Receita do Estado sujeito à prestação de, no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Art. 93 — O direito à percepção do prêmio de produtividade a que se refere o artigo 91 será devido ao funcionário que apresentar mensalmente, um mínimo de produção de serviços de conformidade com a fixação de tarefas, mediante Resolução do Secretário de Estado das Finanças.

Parágrafo único — Compete exclusivamente ao Secretário de Estado das Finanças autorizar ou não a atribuição do prêmio de produtividade referido no artigo 91, sob a forma de quotas fixas e variáveis, cumulativas ou não.

Art. 94 — Ao funcionário da Coordenação da Receita do Estado, quando designado ou nomeado para o desempenho de função de chefia, comissionamento nos cargos de provimento em comissão da CRE e assessoramento será concedido o prêmio de produtividade fixado em Resolução do Secretário de Estado das Finanças.

§ 1.º — Igual vantagem será extensiva aos funcionários do Grupo Ocupacional TAF que não ocupando cargo em comissão, função gratificada ou assessoramento, executem serviços fisco-arrecadores internamente, considerados relevantes e em caráter temporário, previstos em Resolução do Secretário de Estado das Finanças e designado por ato do Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

§ 2.º — O prêmio de produtividade será calculado:

a — para a sede da CRE, com base na média aritmética das

quotas produzidas no mês pelas DRRs e mais as quotas fixas atribuídas em Resolução do Secretário das Finanças;

- b - para as Delegacias Regionais da Receita, com base na média aritmética das quotas produzidas no mês pelas unidades subordinadas e mais as quotas fixas atribuídas em Resolução do Secretário das Finanças.

Art. 95 — O prêmio de produtividade não poderá ultrapassar o valor correspondente a 200% (duzentos por cento) do vencimento do cargo efetivo ou do cargo em comissão.

Art. 96 — O prêmio de produtividade é construído de quotas, e cada uma corresponderá a 0,01 (um centésimo) do valor do respectivo vencimento do cargo efetivo, ou do valor do vencimento que estiver sendo percebido em razão do exercício de cargo em comissão da estrutura da CRE.

Art. 97 — A gratificação de 2/3 (dois terços) do vencimento, prevista no artigo 92, será calculada sobre o "quantum" do respectivo vencimento do cargo efetivo ou do cargo em comissão do funcionário e é acumulável com o prêmio de produtividade.

Art. 98 — Os valores das quotas e da gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento de que tratam os artigos 96 e 97 serão reajustados sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos do funcionalismo público do Estado, na mesma proporção do respectivo vencimento.

Art. 99 — O funcionário da Coordenação da Receita do Estado, não perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade e da gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do respectivo vencimento nos casos de férias, licença especial, licenças para tratamento de saúde e trânsito não excedente a quinze dias.

Parágrafo único — Nas hipóteses deste artigo o pagamento do prêmio de produtividade será atribuído com base na média aritmética dos valores de quotas percebidos nos três meses anteriores à data do afastamento, e a gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento, independência de média aritmética e acompanhará o respectivo vencimento.

Art. 100 — O funcionário da Coordenação da Receita do Estado, quando atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave, doença de Parkinson, incompatíveis com o trabalho e, outras moléstias que a lei indicar com base na medicina especializada, será compulsoriamente licenciado, percebendo, além do vencimento e da remuneração de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento, quotas de produtividade calculadas na forma do parágrafo único do artigo 99.

§ 1.º — O funcionário da CRE acidentado no exercício de suas atribuições, fará jus também à percepção das vantagens previstas neste artigo.

§ 2.º — O funcionário da estrutura da CRE que se aposentar em razão de doenças alinhadas no presente artigo ou em virtude de acidente no exercício de suas funções, terá integrados aos seus proventos de inatividade as vantagens alinhadas no "caput" deste artigo.

§ 3.º — Os valores que integrarem a remuneração e os proventos de inatividade, de que trata este artigo serão reajustados, sempre que houver alteração nas tabelas de vencimentos dos funcionários públicos do Estado, na mesma proporção do respectivo vencimento.

CAPÍTULO II

Das vantagens

Art. 101 — Além do vencimento, poderá o funcionário perceber as seguintes vantagens pecuniárias:

- I — adicionais;
- II — gratificações;
- III — diárias;
- IV — ajuda de custo;

- V — salário família;
- VI — auxílio doença;
- VII — prêmio de produtividade;
- VIII — gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento.

TÍTULO IV CAPÍTULO ÚNICO

Do Treinamento

Art. 102 — A Coordenação da Receita do Estado, manterá, através do CENPRE, Cursos de Treinamento e de Formação para os funcionários fiscais.

Art. 103 — A frequência e aproveitamento de cursos de treinamento mantidos ou aprovados pela CRE, além da avaliação do desempenho, são condições essenciais ao direito à promoção e ao acesso, na forma estabelecida no regimento interno do Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita (CENPRE).

Art. 104 — Para que o funcionário possa ampliar sua capacidade profissional, a Administração poderá conceder facilidades financeiras e supletivas, quando convocado para treinamento ou que por iniciativa própria tenha obtido bolsa de estudo, inscrições em cursos dentro ou fora do país, desde que o aperfeiçoamento ou especialização a que se propõe seja correlato com a atividade do órgão.

TÍTULO VII Da Assistência e da Previdência CAPÍTULO ÚNICO Disposições Gerais

Art. 105 — O Estado prestará assistência ao funcionário e à sua família.

Art. 106 — Entre as formas de assistência incluem-se:

- I - assistência médica, dentária, hospitalar e alimentar, além de outras julgadas necessárias, inclusive em sanatórios e creches;
- II - previdência, seguro e assistência judiciária;
- III - financiamento para aquisição de imóvel destinado à residência do funcionário;
- IV - cooperativas de consumo e de crédito;
- V - centros de aperfeiçoamento moral, social e cultura dos funcionários e suas famílias, fora das horas de trabalho.

Art. 107 — A assistência, sob qualquer forma, será prestada por intermédio de instituições próprias, criadas por lei, às quais seja filiado obrigatoriamente o funcionário, com contribuição paritária do Estado.

Parágrafo único — A assistência, em determinadas formas, quando julgado conveniente, poderá excepcionalmente ser prestada através de entidades de classes, mediante convênio e concessão de auxílio financeiro, destinado especificamente a tal fim.

Art. 108 — A contribuição ao Instituto de Previdência do Estado (IPE), devida pelo funcionário da Coordenação da Receita do Estado, será calculada sobre o vencimento do cargo ocupado, gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento e adicionais por tempo de serviço.

Art. 109 — A pensão aos beneficiários do funcionário falecido é atendida por instituição de previdência social.

Parágrafo único — As pensões ou pecúlios devidos à família do servidor, as primeiras fixadas sempre em "quantum" não inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração que servia de base ao desconto previdenciário na data do falecimento, serão reajustados sempre que forem majorados os vencimentos do pessoal da atividade, de modo a assegurar aos beneficiários vantagens proporcionais aos vencimentos atualizados da categoria funcional a que pertencia o servidor falecido.

Art. 110 — Os planos de serviços assistenciais de que

trata este Capítulo constituem matéria de leis especiais.

TÍTULO VIII CAPÍTULO ÚNICO

Dos Deveres do Funcionário da CRE

Art. 111 — São deveres do funcionário da Coordenação da Receita do Estado:

- I - assiduidade;
- II - pontualidade;
- III - urbanidade;
- IV - discrição;
- V - lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;
- VI - cumprir as normas legais e regulamentares;
- VII - obedecer as normas superiores, exceto quanto manifestamente ilegais;
- VIII - concorrer, na esfera de suas atribuições, para coibir a evasão de tributos;
- IX - coibir, por iniciativa própria, qualquer sonegação flagrante de que tiver conhecimento;
- X - comunicar todos os atos do item anterior à autoridade competente;
- XI - levar ao conhecimento da autoridade imediatamente superior, por escrito, irregularidades que tiver ciência em razão do cargo;
- XII - conhecer a legislação específica, relativa às suas atribuições e à sua vida funcional;
- XIII - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função;
- XIV - zelar pelo bom nome e conceito da Coordenação da Receita do Estado, inclusive em procedimento na vida pública ou privada de modo a dignificar sempre a função pública;
- XV - freqüentar cursos para aperfeiçoamento ou especialização;
- XVI - comparecer às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado, inclusive aos sábados, domingos e feriados;
- XVII - providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família e a declaração de bens;
- XVIII - zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
- XIX - expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, quando deferidas pela autoridade competente;
- XX - apresentar-se decentemente trajado em serviço, de forma condigna com o cargo ou função que exerce;
- XXI - submeter-se à inspeção médica que for determinada pela autoridade competente;
- XXII - aceitar encargos inerentes à classe, para os quais for designado, exceção feita aos de confiança.

TÍTULO IX CAPÍTULO ÚNICO

Das Disposições Especiais

Art. 112 — Fica criado na Coordenação da Receita do Estado, o Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita (CENPRE) cujo objetivo é promover o desenvolvimento de recursos humanos, organizar as informações para a promoção e o acesso do Grupo Ocupacional "TAF", Cursos de Formação e Treinamentos.

Parágrafo único — O Poder Executivo dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, baixará ato definindo as atribuições do CENPRE.

Art. 113 — Fica incluída no artigo 120 da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, a alínea "g", com a seguinte

redação:

- g- " A Coordenação da Receita do Estado, subordinada à Secretaria de Estado das Finanças".

Art. 114 — Ficam criados na estrutura da Coordenação da Receita do Estado (CRE), 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão, com a seguinte especificação e categoria:

- I - 1 (um) cargo de Consultor Técnico, categoria "C";
- II - 3 (três) cargos de Assistente Técnico, categoria "C";
- III - 33 (trinta e três) cargos de Auxiliar Técnico, categoria "F".

Art. 115 — As atribuições dos cargos criados pelo artigo anterior, serão definidos em ato do Poder Executivo.

Art. 116 — O funcionário da CRE contra o qual venha a ser instaurado inquérito administrativo, perderá a gratificação do exercício, que compreende: 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento e as quotas de produtividade, enquanto não concluído o referido inquérito, e será afastado das funções inerente ao Grupo Ocupacional "TAF".

§ 1.º — O funcionário absolvido terá direito ao ressarcimento da gratificação de exercício, relativo ao afastamento previsto neste artigo.

§ 2.º — O ressarcimento do prêmio de produtividade será feito com base na média dos percentuais de quotas percebidos nos 3 (três) meses que antecederam à abertura do inquérito administrativo.

§ 3.º — O ressarcimento dos 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento, será feito integralmente pelos valores deixados de perceber.

Art. 117 — O funcionário será readaptado de ofício:

- I - Se sofrer pena de suspensão em grau igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias, ou destituição de função;
- II - Se reincidente em infração que gere pena de suspensão inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo único — Não se toma em conta, para o efeito da reincidência, a condenação anterior, se entre a data em que transitou em julgado, ou em que foi cumprida ou extinta a pena, e a infração posterior decorreu tempo superior a dois anos.

Art. 118 — Ocorrera ainda a readaptação de ofício quando:

- I - Ficar apurado em processo administrativo que a vocação do funcionário é incompatível com as funções fisco-arrecadadoras;
- II - O funcionário simular ou forjar tarefas ou usar qualquer expediente irregular, visando obter quotas, ainda que, em processo administrativo, for punido com pena inferior, em qualidade e quantidade, às referidas no item II do artigo 117.

Parágrafo único — Aplica-se a hipótese do inciso II deste artigo, ao funcionário da CRE, que, dolosamente, aprovar a percepção de quotas.

Art. 119 — A readaptação de que trata esta Lei, será para o Quadro Único do Pessoal Civil do Poder Executivo, da Secretaria de Recursos Humanos.

Parágrafo único — A readaptação importa na perda das vantagens de exercício do Grupo Ocupacional "TAF", que compreende: 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento e quotas de produtividade.

Art. 120 — O funcionário do Grupo Ocupacional "TAF", pertencente às séries de classes de AF-1, AF-2 e AF-3, que não apresentar o mínimo de produção de serviços fixados em Resolução Secretarial, durante o prazo de 3 (três) meses, consecutivos ou não, num espaço de 12 (doze) meses, será recolhido ao serviço interno por tempo não inferior àquele em que não apresentou a produção, perdendo nesse período o direito à percepção das vantagens de exercício: Prêmio de Produtividade

e Gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento.

Art. 121 — Perderá o direito à percepção das vantagens de exercício-prêmio de produtividade e gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento, o funcionário da Coordenação da Receita do Estado colocado à disposição de outro órgão da Administração Pública, direta ou indireta, ressalvada a hipótese de:

- I - ocupante de cargo em comissão na Governadoria;
- II - ocupante de cargo em comissão no âmbito da SEFI, a critério do Secretário de Estado das Finanças.

Art. 122 — Os funcionários da CRE, circunscritos às hipóteses dos itens I e II do artigo 121, farão jus à percepção das vantagens de exercício de que trata o § 2.º do artigo 44, calculadas com base no vencimento do cargo efetivo da estrutura da CRE a que tiver direito.

Art. 123 — É vedada qualquer forma de transferência, de adição, lotação e readaptação de funcionários de outros órgãos, federais, estaduais ou municipais para a Coordenação da Receita do Estado.

Art. 124 — Os vencimentos dos cargos em Comissão do Quadro Especial da Coordenação da Receita do Estado "CRE" serão fixados para cada categoria com base nos vencimentos do Diretor da CRE, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo II, desta Lei.

Parágrafo Único — O vencimento mensal do cargo de Diretor da CRE da Coordenação da Receita do Estado, é fixado em Cr\$ 11.028,00 (onze mil e vinte e oito cruzeiros).

Art. 125 — O Poder Executivo dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, baixará ato criando funções gratificadas na estrutura da Coordenação da Receita do Estado.

Parágrafo único — As funções gratificadas existentes na estrutura da Coordenação da Receita do Estado anteriormente à publicação da presente Lei, extinguir-se-ão na medida em que vagarem.

Art. 126 — Os vencimentos dos funcionários do Grupo Ocupacional "TAF" serão fixados para cada classe com base no vencimento do cargo de Agente Fiscal 1, Classe "C", Referência IV, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo único — O vencimento mensal do cargo de Agente Fiscal 1, Classe "C", Referência IV é fixado em Cr\$... 8.000,00 (oito mil cruzeiros).

Art. 127 — O funcionário do Grupo Ocupacional "TAF" integrante das séries de classes AF-2 e AF-3, promovido horizontalmente, perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2,5% (dois e meio por cento) na Referência II; 5% (cinco por cento) na Referência III e 7,5% (sete e meio por cento) na Referência IV, calculados sobre o valor da Referência I.

Art. 128 — O funcionário do Grupo Ocupacional "TAF" integrante da série de classes de AF-1, promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% (dois por cento) na Referência II; 4% (quatro por cento) na Referência III e 6% (seis por cento), na Referência IV, calculados sobre o valor da Referência I.

Art. 129 — Os funcionários ocupantes dos cargos constantes do Anexo III da Lei n.º 6.212/71, que não possuem escolaridade exigida nos artigos 6.º e 7.º da presente Lei, constituirão a série de classes de AF-4.

Art. 130 — Os ocupantes dos cargos da série de classes AF-4, terão funções de apoio administrativo e exercício de encargos inerentes à tributação, arrecadação e fiscalização em caráter supletivo, cuja privacidade pertença à série de classes

AF-3.

Art. 131 — A série de classes de AF-4 é composta de 4 (quatro) classes com a seguinte simbologia e número de cargos:

I -	AF-4-A	178 cargos;
II -	AF-4-B	155 cargos;
III -	AF-4-C	31 cargos;
IV -	AF-4-D	241 cargos.

Art. 132 — Aplicado o enquadramento de que trata esta Lei é vedado o provimento na classe inicial da série de classes AF-4.

Parágrafo único — Os cargos vagos na série de classes de AF-4, poderão ser transformados, por decreto do chefe do Poder Executivo, para cargos das séries de classes AF-1, AF-2 e AF-3, desde que não haja aumento de despesa.

Art. 133 — O funcionário integrante da série de classes de AF-4, além do vencimento, fará jus à percepção da gratificação de 2/3 (dois terços) do "quantum" do vencimento e, excepcionalmente, perceberá prêmio de produtividade, quando cometido em encargos de fiscalização em atividade externa ou designado para o exercício de chefia.

Parágrafo único — Ao funcionário da série de classes de AF-4, cometido nos encargos descritos no "caput", aplica-se a regra do artigo 120.

Art. 134 — Ao Bolsista de que trata o artigo 24, quando se deslocar do município sede do Curso de Formação para participar de treinamentos práticos, é assegurado o ressarcimento de despesas efetuadas com hospedagem e alimentação.

Art. 135 — Os atuais cargos em Comissão da estrutura da Coordenação da Receita do Estado, passam a ter a denominação e simbologia previstas no anexo IV da presente Lei, assegurando ao ocupante de um e de outro o exercício contínuo para todos os efeitos legais.

Art. 136 — Os vencimentos dos cargos em comissão, transformados na forma do artigo anterior e Anexo IV, desta Lei, serão fixados para cada categoria com base nos vencimentos do cargo do Diretor da CRE observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical contida no Anexo II, desta Lei.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS CAPÍTULO ÚNICO

Art. 137 — Durante o prazo de 6 (seis) anos da publicação da presente Lei Complementar, os cargos de provimento em comissão, a juízo da Administração, poderão ser ocupados também, por funcionários integrantes das séries de classes AF-2 e AF-3.

Art. 138 — Os funcionários ocupantes dos cargos constantes dos Anexos 1, 2 e 3 da Lei n.º 6.212, de 09 de agosto de 1.971, serão enquadrados nas séries de classes previstas nos artigos 6.º, 7.º e 8.º da presente Lei, de acordo com a habilitação profissional exigida em cada caso.

§ 1.º — No primeiro enquadramento poderão, excepcionalmente, ser classificados, independentemente de escolaridade, os funcionários ocupantes dos cargos constantes do Anexo II, da Lei n.º 6.212 de 1.971, níveis 23, 22 e 21, na série de classes de AF-2, e os níveis 19 e 18, na série de classes de AF-3, respeitado o número de vagas previsto no Art. 9.º.

§ 2.º — Os funcionários que pelo sistema de fatoração previsto neste artigo, não forem classificados para a correspondente série de classes, por inexistência de vagas, serão enquadrados na classe superior da série de classes imediatamente inferior.

Art. 139 — Para ajustar os cargos existentes na estrutura da Coordenação da Receita do Estado ao sistema de classificação instituído nesta Lei, aplicam-se as seguintes regras de enquadramento:

- I - enquadramento objetivo:

O Anexo III a esta Lei, precisa a classe em que será ajustado cada cargo com o respectivo símbolo;

II - enquadramento nominal:

Decreto do Poder Executivo indicará a classe, série de classes e referências em que serão ajustados os cargos com os respectivos ocupantes.

Art. 140 — O enquadramento na forma do artigo 138 e parágrafos, atendido sempre o requisito fundamental e prioritário da escolaridade, abrangerá sucessivamente:

- I - Integrantes do anexo 1, da Lei n.º 6.212/71, respeitados o nível, o tempo de serviço e a idade;
- II - Integrantes do anexo II, da Lei n.º 6.212/71, respeitados o nível, o tempo de serviço e a idade;
- III - Integrantes do anexo III, da Lei n.º 6.212/71, respeitados o nível, o tempo de serviço e a idade.

Art. 141 — O enquadramento na série de classes de Af-4, processar-se-á da seguinte forma:

- I - na classe "D" os ocupantes dos cargos de Fiscal Tributário nível 18, que não lograrem enquadramento na série de classe AF-3 e os ocupantes de cargos do Anexo n.º 3 da Lei n.º 6.212/71, que possuírem escolaridade de 1.º grau completo;
- II - na classe "C" os ocupantes de cargos de níveis 22, 21 e 20 do anexo 3 da Lei n.º 6.212/71;
- III - na classe "B" os ocupantes de cargos de níveis 19, 18, 17 e 16 do anexo 3 da Lei n.º 6.212/71;
- IV - na classe "A" os ocupantes de cargos do anexo 3 da Lei n.º 6.212/71, não descritos nos itens anteriores.

Art. 142 — A primeira promoção, dos funcionários enquadrados na forma dos Artigos 138 e 141, independerá de interstício.

Art. 143 — O número de funcionários por categoria funcional que deva ter exercício em cada Unidade Administrativa da CRE, será definido por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único — Os funcionários da CRE das séries de classes de AF-1, AF-2, AF-3 e AF-4, serão redistribuídos de acordo com a lotação e quantificação fixada para cada unidade administrativa da CRE.

Art. 144 — A designação para órgão de deliberação coletiva, da área da Secretaria de Estado das Finanças, após 1 (um) ano do implemento desta Lei, não poderá recair em funcionário ocupante de encargo de gerência e assessoramento no âmbito da CRE, a nível Instrumental e de Execução.

Art. 145 — Aplicam-se aos funcionários da CRE as disposições do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado no que couber, inclusive sobre o regime disciplinar, o processo administrativo e sua revisão.

Art. 146 — Para fazer frente às despesas de Capital e Correntes do Centro Paranaense de Desenvolvimento de Pessoal da Receita (CENPRE), criado pelo artigo 112, fica aberto um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de

cruzeiros).

Art. 147 — Até 120 (cento e vinte) dias da publicação da presente lei, excepcionalmente, poderá ser aberto concurso público de provas e de títulos para o provimento na classe inicial da série de classes AF-1, no limite de 20 (vinte) vagas e no total de vagas existentes na inicial da série de classes AF-2, na forma dos artigos 21, 22 e 23.

Art. 148 — O funcionário que tiver assegurado o direito à aposentadoria na data desta Lei ou vier a assegurá-lo no prazo de 6 (seis) meses, o cálculo de prêmio de produtividade ou "pro labore" será feito:

- I - se, requerida nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, com base na média aritmética dos valores percebidos nos últimos 6 (seis) meses, a título de quotas ou "pro labore", sob a égide da Lei 6.212, de 09 de agosto de 1971;
- II - se, requerida após o decurso do prazo de que trata o item anterior, até completar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da vigência, desta Lei, o cálculo para integração aos proventos de inatividade será feito com base na média aritmética dos valores percebidos, a título de quotas ou "pro labore" no período compreendido entre o 6.º (sexto) mês anterior à presente Lei, até o mês que anteceder a protocolização do requerimento de aposentadoria.
- III - Se, requerida após o decurso do prazo de que trata o item anterior, com base na média aritmética dos valores percebidos no período compreendido entre o mês em que viger esta Lei, até o mês anterior à protocolização do pedido de aposentadoria.

Art. 149 — O Poder Executivo, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vigência da Presente Lei, promoverá a classificação e lotação do pessoal da Coordenação da Receita do Estado (CRE).

Art. 150 — Processada a classificação e lotação previstas no artigo anterior, ficam revogados os efeitos da Lei n.º 6.212 de 09 de agosto de 1971, ressalvado o parágrafo único do artigo 151.

Art. 151 — A "gratificação de produtividade" a que alude a Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, paga ao pessoal da CRE, fica incorporada ao "Prêmio de Produtividade" previsto nesta Lei, com elevação das quotas deste para 0,01 (um centésimo) do respectivo vencimento, também majorado.

Parágrafo único — Os funcionários da CRE poderão, no prazo de dez dias contados da data da publicação da presente Lei, optar pela não aplicação do disposto no "caput" deste artigo, permanecendo no anterior nível de vencimento e sujeitos aos limites, forma de cálculo e valores das quotas, também anteriores.

Art. 152 — A presente Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, exceto no que dispuser expressamente.

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL A QUE SE REFERE O ARTIGO 126

SÉRIE DE CLASSE	CLASSE	REFERÊNCIA	PERCENTUAL
AF-1	C	IV	100,00
AF-1	C	I	94,34
AF-1	B	I	87,86
AF-1	A	I	79,37
AF-2	C	I	71,75
AF-2	B	I	66,75
AF-2	A	I	62,10
AF-3	C	I	57,77
AF-3	B	I	53,75
AF-3	A	I	50,00
AF-4	D	—	50,00
AF-4	C	—	46,25
AF-4	B	—	37,50
AF-4	A	—	25,00

TABELA DE ESCALONAMENTO VERTICAL DOS CARGOS EM COMISSÃO DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO A QUE SE REFERE O ARTIGO 124 DESTA LEI.

CARGOS		ÍNDICES
DIRETOR DA CRE	— CATEGORIA "A"	100
INSPETOR DE TRIBUTAÇÃO	— CATEGORIA "B"	91
INSPETOR DE ARRECADAÇÃO	— CATEGORIA "B"	91
INSPETOR DE FISCALIZAÇÃO	— CATEGORIA "B"	91
CHEFE DE ASSESSORIA	— CATEGORIA "B"	91
ASSISTENTE TÉCNICO	— CATEGORIA "C"	87
CONSULTOR TÉCNICO	— CATEGORIA "C"	87
DELEGADO REGIONAL DA RECEITA	— CATEGORIA "C"	87
DELEGADO REGIONAL DA RECEITA	— CATEGORIA "D"	83
DELEGADO REGIONAL DA RECEITA	— CATEGORIA "E"	79
AUXILIAR TÉCNICO	— CATEGORIA "F"	75

ANEXO - III
Artigo 139, item I

SITUAÇÃO ANTERIOR

SITUAÇÃO ATUAL

CARGOS	NÍVEL	Ocup.	CARGOS	SÍMBOLO	TOTAL	Ocup.	VAGOS	Excedentes
Consultor Jurídico Tributário	27	2	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	2	-	-
Perito Avaliador	27	1	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	1	-	-
Consultor Jurídico Tributário	26	7	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	7	-	-
Auditor Tributário	26	8	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	8	-	-
Auditor Econômico Tributário	26	4	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	4	-	-
Auditor Tributário	25	14	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	14	-	-
Auditor Econômico Tributário	25	6	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	6	-	-
Fiscal Tributário	23	4	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	4	-	-
Fiscal Tributário	22	6	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	6	-	-
Fiscal Tributário	21	6	Agente Fiscal - 1	AF. 1-C	-	6	-	-
Total.....				AF. 1-C	58	58	-	-
Fiscal Tributário	21	15	Agente Fiscal - 1	AF. 1-B	-	15	-	-
Fiscal Tributário	19	38	Agente Fiscal - 1	AF. 1-B	-	38	-	-
Fiscal Tributário	18	34	Agente Fiscal - 1	AF. 1-B	-	34	-	-
Total.....				AF. 1-B	87	87	-	-
Fiscal Tributário	18	35	Agente Fiscal - 1	AG. 1-A	-	35	-	-
Técnico de Administração Tributária	26	1	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	1	-	-
Técnico de Administração Tributária	24	3	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	3	-	-
Administrador Tributário	23	1	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	1	-	-
Administrador Tributário	22	1	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	1	-	-
Administrador Tributário	21	3	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	3	-	-
Administrador Tributário	19	10	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	10	-	-
Auxiliar de Administrador Tributário	15	1	Agente Fiscal - 1	AF. 1-A	-	1	-	-

Auxiliar de Administrador Tributário	14	2	Agente Fiscal-1	AF. 1-A	-	2	-	-
Auxiliar de Administrador Tributário	10	9	Agente Fiscal-1	AF. 1-A	-	9	-	-
Auxiliar de Fiscalização	8	1	Agente Fiscal-1	AF. 1-A	-	1	-	-
Total				AF. 1-A	145	67	78	-
Fiscal Tributário	23	21	Agente Fiscal-2	AF. 2-C	-	21	-	-
Fiscal Tributário	22	90	Agente Fiscal-2	AF. 2-C	-	90	-	-
Fiscal Tributário	21	11	Agente Fiscal-2	AF. 2-C	-	1	-	-
Total				AF. 2-C	122	122	-	-
Fiscal Tributário	21	134	Agente Fiscal-2	AF. 2-B	-	134	-	-
Fiscal Tributário	19	49	Agente Fiscal-2	AF. 2-B	-	49	-	-
Total				AF. 2-B	183	183	-	-
Fiscal Tributário	19	7	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	7	-	-
Fiscal Tributário	18	142	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	142	-	-
Administrador Tributário	22	2	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	2	-	-
Administrador Tributário	21	3	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	3	-	-
Administrador Tributário	20	3	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	3	-	-
Administrador Tributário	19	18	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	18	-	-
Administrador Tributário	18	10	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	10	-	-
Administrador Tributário	17	1	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	1	-	-
Aux. de Administração Tributário	15	1	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	1	-	-

Aux. de Administração Tributário	14	1	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	1	-	-
Aux. de Administração Tributário	13	3	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	3	-	-
Aux. de Administração Tributário	12	2	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	2	-	-
Aux. de Administração Tributário	10	12	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	12	-	-
Auxiliar de Fiscalização	10	1	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	1	-	-
Auxiliar de Fiscalização	9	4	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	4	-	-
Auxiliar de Fiscalização	5	1	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	1	-	-
Auxiliar de Fiscalização	4	2	Agente Fiscal-2	AF. 2-A	-	2	-	-
Total.....				AF. 2-A	305	213	92	-
Fiscal Tributário	19	70	Agente Fiscal-3	AF. 3-C	-	70	-	-
Total.....				AF. 3-C	70	70	-	-
Fiscal Tributário	19	105	Agente Fiscal-3	AF. 3-B	-	105	-	-
Total.....				AF. 3-B	105	105	-	-
Fiscal Tributário	19	31	Agente Fiscal-3	AF. 3-A	-	31	-	-
Fiscal Tributário	18	144	Agente Fiscal-3	AF. 3-A	-	144	-	-
Totais.....				AF. 3-A	175	175	-	-
Fiscal Tributário	18	184	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	184	-	-
Técnico de Administração Tributário	24	1	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	1	-	-
Administrador Tributário	22	2	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	2	-	-
Administrador Tributário	21	2	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	2	-	-
Administrador Tributário	20	3	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	3	-	-

Administrador Tributário	19	16	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	16	-	-
Aux. de Administrador Tributário	15	1	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	1	-	-
Aux. de Administração Tributário	12	1	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	1	-	-
Aux. de Administração Tributário	10	5	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	5	-	-
Auxiliar de Fiscalização	10	1	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	1	-	-
Auxiliar de Fiscalização	9	3	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	3	-	-
Auxiliar de Fiscalização	7	1	Agente Fiscal-4	AF. 4-D	-	1	-	-
Total.....				AF. 4-D	220	220	-	-
Administrador Tributário	22	9	Agente Fiscal-4	AF. 4-C	-	9	-	-
Administrador Tributário	21	14	Agente Fiscal-4	AF. 4-C	-	14	-	-
Administrador Tributário	20	8	Agente Fiscal-4	AF. 4-C	-	8	-	-
Total.....				AF. 4-C	35	35	-	-
Administrador Tributário	19	154	Agente Fiscal-4	AF. 4-B	-	154	-	-
Administrador Tributário	17	3	Agente Fiscal-4	AF. 4-B	-	3	-	-
Administrador Tributário	16	8	Agente Fiscal-4	AF. 4-B	-	8	-	-
Total.....				AF. 4-B	165	165	-	-

Aux. de Administração Tributário	15	13	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	13	-	-
Aux. de Administração Tributário	14	4	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	4	-	-
Aux. de Administração Tributário	13	12	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	12	-	-
Aux. de Administração Tributário	12	6	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	6	-	-
Aux. de Administração Tributário	10	39	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	39	-	-
Auxiliar de Fiscalização	14	2	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	2	-	-
Auxiliar de Fiscalização	13	2	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	2	-	-
Auxiliar de Fiscalização	11	2	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	2	-	-
Auxiliar de Fiscalização	10	1	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	1	-	-
Auxiliar de Fiscalização	9	80	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	80	-	-
Auxiliar de Fiscalização	5	22	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	22	-	-
Auxiliar de Fiscalização	4	2	Agente Fiscal-4	AF. 4-A	-	2	-	-
Total				AF. 4-A	185	185	-	-

TABELA DE TRANSFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 136

DENOMINAÇÃO ATUAL	SÍMBOLO	QUANT.	DENOMINAÇÃO PROPOSTA	CATEGORIA	QUANT.
Chefe da Coordenação da Receita do Estado	1-C	1	Diretor da CRE	"A"	1
Coordenador do Sistema de Tributação	1-C	1	Inspetor Geral de Tributação	"B"	1
Coordenador do Sistema de Arrecadação	1-C	1	Inspetor Geral de Arrecadação	"B"	1
Coordenador do Sistema de Fiscalização	1-C	1	Inspetor Geral de Fiscalização	"B"	1
Coordenador do Sistema de Informações	1-C	1	Chefe de Assessoria	"B"	1
Assessor Jurídico	2-C	1	Chefe de Assessoria	"B"	1
Supervisor Técnico Administrativo	2-C	1	Chefe de Assessoria	"B"	1
Assistente	2-C	1	Chefe de Assessoria	"B"	1
Chefe de Gabinete	2-C	1	Assistente Técnico	"C"	1
Assessor Técnico Tributário	2-C	2	Assistente Técnico	"C"	2
Assistente	2-C	5	Consultor Técnico	"C"	5
Assistente	2-C	5	Assistente Técnico	"C"	5
Delegado Regional da Receita	2-C	3	Assistente Técnico	"C"	3
Delegado Regional da Receita	2-C	3	Delegado Regional da Receita	"C"	3
Delegado Regional da Receita	2-C	6	Delegado Regional da Receita	"D"	6
Delegado Regional da Receita	2-C	6	Delegado Regional da Receita	"E"	6

ANEXO V

Artigo 9º

DESCRIÇÃO DE CARGOS

1. DENOMINAÇÃO — Agente Fiscal 1

2. DESCRIÇÃO

2.1 — Sumário : Compreende cargos cujos ocupantes executam serviços de orientação e fiscalização de contribuintes pertencentes ao CADASTRO ESPECIAL DE CONTRIBUÍNTES — CADEC - e realizam pesquisas, estudos, análise e coordenação das atividades relacionadas com a aplicabilidade da legislação específica.

2.2 — Detalhada:

a. Fiscalizar estabelecimentos comerciais, industriais e produtores abrangidos pelo Cadastro Especial de Contribuintes, CADEC, onde se efetuem operações de produção, comercialização e industrialização de bens e mercadorias sujeitas ao pagamento de impostos estaduais;

b. Examinar escritas fiscais e contábeis dos contribuintes do Cadastro Especial de Contribuintes, CADEC, bem como quaisquer documentos necessários à implementação da ação fiscal;

c. Lavrar processo administrativo fiscal e contestar as respectivas impugnações;

d. Efetuar diligências fiscais;

e. Coligir, analisar e sistematizar toda a Legislação Tributária concernente aos Tributos Estaduais;

f. Instruir e orientar os contribuintes no que concerne à legislação tributária estadual;

g. Proceder o levantamento de matérias-primas e outros produtos sujeitos ao imposto estadual, empregados na fabricação e acondicionamento de produtos tributados;

h. Efetuar levantamento, coligir dados e fornecer informações;

i. Participar de Comissões de Sindicância e Inquérito e Revisão de Processos Administrativos Fiscais;

j. Atender ao público, dirimindo dúvidas sobre a interpretação da legislação fiscal;

k. Avaliar estoque de mercadorias e lavrar termo de verificação;

l. Informar e dar parecer em processos administrativos;

m. Participar de comandos especiais;

n. Dar plantão fiscal;

o. Analisar as D.F. Cs. das empresas do CADIC e CADEC;

p. Conferir na origem, documentos de créditos oriundos de outras unidades da federação;

q. Proceder a fiscalização dirigida através da D.F.C.;

r. Desempenhar funções inerentes aos cargos de gerência, assessoramento e chefias superiores, quando designado;

s. Executar outras tarefas correlatas ou afins.

3. INSTRUÇÃO:

3.1. — Básica: universitária.

3.2 — Específica: Cursos em alto nível de Processamento de Dados aplicados à Fiscalização, Processamento de Dados de Documentos de Receita e Informações, Direito Processual, Legislação do I.C.M., I.T.B.I., Impostos Delegados; Direito Tributário, Legislação de Taxas, Código Tributário Nacional, Análise de Balanço, Exportação, Importação, Incentivos Fiscais, Regimes Especiais, Documentação Fiscal, Pesquisa e Auditoria Fiscal, Conhecimento dos Manuais de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e Serviços Gerais, Contabilidade Comercial e Industrial, Estatística e Economia.

4. HABILIDADE:

4.1. — Verbal e Escrita: de comunicação complexa com poder de análise e crítica, juntamente com as de exposição e argumentação, acrescidas de julgamento e concepção.

4.2 — Numérica: cálculos estatísticos e matemáticos complexos.

4.3 — Técnica: Profissional plena — utilização completa de

técnicas de complexidade superior.

5. RESPONSABILIDADES:

5.1 — Geral: Tarefas preponderantemente de inovações a exigirem criatividade na escolha de soluções em situações originais.

5.2 — Especial: O cargo envolve responsabilidade pela definição do que deve ser feito, acrescida de criação de métodos, rotinas e normas de trabalho a ser executado por outros.

6. CONDIÇÕES DE TRABALHO:

6.1 — Regime — 44 horas semanais.

6.2 — Localização: Abrigado.

6.3 — Ambiente: condições normais de escritório individual ou acompanhado de auxiliares.

6.4 — Viagens: ocasionais.

7. ESFORÇO APLICADO: freqüentes e intensos.

8. MERCADO.

8.1 — Disponibilidade interna: Através de recrutamento de AF.2.

8.2 — Disponibilidade externa: Mediante concurso público de provas, provas de títulos e habilitação em curso de formação.

1. DENOMINAÇÃO — Agente Fiscal 2.

2. DESCRIÇÃO:

2.1 — Sumário: Compreende orientação e execução de atividades de Fiscalização dos impostos estaduais.

2.2. — Detalhada:

a. Fiscalizar estabelecimentos comerciais, industriais e produtores abrangidos pelo Cadastro Intermediário de Contribuintes - CADIC, e outros logradouros onde se efetuem operações de produção ou comercialização de bens e mercadorias sujeitas ao pagamento de impostos estaduais;

b. Examinar escritas fiscais e contábeis dos contribuintes do Cadastro Intermediário de Contribuintes - CADIC, bem como quaisquer documentos necessários à implementação da ação fiscal;

c. Lavrar Processo Administrativo Fiscal e contestar as respectivas impugnações;

d. Efetuar diligências fiscais de rotina;

e. Coligir, analisar e sistematizar leis, decretos, instruções, normas e outros documentos necessários à implementação da ação fiscal;

f. Instruir e orientar os contribuintes no que concerne a legislação tributária estadual e promover a sua divulgação;

g. Proceder a levantamento de matérias-primas e outros produtos sujeitos aos impostos estaduais, empregados na fabricação e no acondicionamento de produtos tributáveis;

h. Efetuar levantamentos, coligir dados e fornecer informações subsidiárias para o processo fiscal;

i. Participar de Comissões de Sindicância e Inquérito e Revisão de Processo Administrativo Fiscal, quando designado;

j. Atender ao público, dirimindo dúvidas sobre a interpretação da legislação fiscal;

k. Avaliar estoque e lavrar termo de verificação;

l. Conferir talonários de entrada e saída de mercadorias;

m. Informar processos;

n. Participar de comandos fiscais e diligências especiais no Estado e fora do Estado;

o. Dar plantão fiscal, quando convocado;

p. Desempenhar as funções inerentes aos cargos de gerência e chefias intermediárias;

q. Executar outras tarefas correlatas e afins.

3. INSTRUÇÃO:

3.1 Básica: 2º grau completo.

3.2. — Específica: Cursos médios de processamento de Dados aplicados à Fiscalização, Processamento de Dados de Documentos de Receita e Informações, Direito Processual Fiscal, Legislação do ICM, ITBI, Impostos Delegados, Direito Tributário, Legislação de Taxas, Código Tributário Nacional,

Análise de Balanço, Exportação, Importação, Incentivos Fiscais, Documentação Fiscal, Pesquisa e Auditoria Fiscal, Contabilidade Comercial e Industrial e conhecimento dos Manuais de Tributação, Arrecadação, Fiscalização e serviços gerais.

4. HABILIDADES:

4.1 — Verbal e escrita: de comunicação complexa com poder de análise e crítica com a de exposição e argumentação, acrescidas de julgamento e concepção.

4.2 — Numérica: cálculo de mediana complexidade.

4.3 — Rapidez e exatidão: conferência de talonários de entrada e saída de mercadoria e documentos da receita.

4.4. — Técnica: qualificada - habilidade para manuseio de técnicas complexas, porém dentro de variáveis previsíveis.

5. RESPONSABILIDADE:

Embora a maioria das tarefas seja de adaptação ocorrem também algumas tarefas para cuja execução é necessária criatividade na aplicação de soluções em situações originais. O cargo envolve responsabilidade pela revisão e orientação do trabalho de outros, além de definições do que deve ser feito.

6. CONDIÇÕES DE TRABALHO:

6.1. — Regime: 44 horas semanais.

6.2. Localização: variável.

6.3 — Ambiente: contato direto com o público, sujeito à manifestações de desgosto.

6.4. — Viagens: Frequentes.

7. ESFORÇO APLICADO: ocasional e intenso.

8. MERCADO:

8.1 — Disponibilidade interna: através de recrutamento de AF-3.

8.2 — Disponibilidade externa: mediante concurso público de provas, prova de títulos e habilitação em curso de formação.

1. DENOMINAÇÃO — Agente Fiscal 3

2. DESCRIÇÃO:

2.1. — Compreende cargos cujos ocupantes realizam, sob supervisão ou orientação imediata, atividades de fiscalização em estabelecimentos do Cadastro de Contribuintes de Estimativa — CADEST e/ou cuidam da fiscalização de mercadorias em trânsito.

2.2. — Detalhada:

a. fiscalizar estabelecimentos comerciais abrangidos pelo Cadastro de Contribuintes da Estimativa CADEST, onde se efetuem operações de produção e comercialização de mercadorias sujeitas ao pagamento de tributos estaduais;

b. examinar escritas fiscais e contábeis dos contribuintes do Cadastro de Contribuintes da Estimativa CADEST, bem como quaisquer documentos necessários à implementação da ação fiscal;

c. Examinar a inscrição e os dados cadastrais do contribuinte a fim de verificar sua regularização;

d. Fiscalizar mercadorias em trânsito no Estado e a respectiva documentação;

e. Fiscalizar as mercadorias existentes nos depósitos dos estabelecimentos industriais, comerciais e produtores, a fim de verificar a regularidade da respectiva situação face à legislação tributária;

f. Participar de comandos para fiscalização de mercadorias em locais considerados estratégicos;

g. Apreender e reter mercadorias em situação irregular, lavrar os termos de apreensão e retenção competentes e adotar outras medidas necessárias ao implemento da ação fiscal;

h. Emitir guias de trânsito e notas de controle fiscal;

i. Lavrar Processo Administrativo Fiscal e contestar as respectivas impugnações;

j. Dar plantão em postos fiscais;

k. Dar plantão em estabelecimentos sob regime especial de fiscalização;

l. Extrair e recibar GRs, em Postos Fiscais;

m. coligir, analisar e sistematizar leis, decretos, instruções, normas e outros documentos necessários à implementação da fiscal;

n. coligir dados, efetuar levantamentos e fornecer informações subsidiárias para o Processo Administrativo Fiscal e para lançamento "ex-offício";

o. registrar, em formulários próprios, a movimentação de entrada e saída de mercadorias e outros dados estatísticos para fins de controle;

p. efetuar conferência de documentos fiscais;

q. informar processos;

r. dirigir veículos oficiais;

s. chefiar ARs, quando designado;

t. exercer as funções de Caixa de Agências de Rendas e Postos Fiscais, quando designado;

u. exercer as funções de fiscal de plantão e/ou sub-chefe de posto fiscal quando designado;

v. exercer outras tarefas afins ou correlatas.

3. INSTRUÇÃO:

3.1. — Básica: 1.º grau completo.

3.2. — Específica: Cursos Básicos de Legislação do I.C.M., Impostos Delegados, Direito Tributário, Código Tributário Nacional, Documentação Fiscal, Pesquisa e Auditoria Fiscal e conhecimentos dos Manuais de Tributação, Arrecadação, Fiscalização, Serviços Gerais e de Contabilidade Comercial.

4. HABILIDADES:

4.1. — Verbal: comunicação simples juntamente com a de análise crítica.

4.2. — Numérica: cálculos percentuais básicos.

4.3. — Rapidez e Exatidão: conferência dos documentos fiscais.

4.4. — Técnica Qualificada: manuseio de técnicas de mediana complexidade.

5. RESPONSABILIDADES:

5.1 — As tarefas que compõem o cargo são de aplicação direta, isto é, envolvem apenas a utilização de dados e elementos existentes.

As soluções são conhecidas ou padronizadas e realizadas sob supervisão.

5.2. — A natureza do cargo encerra responsabilidade pelos aspectos operacionais envolvidos na execução das tarefas respondendo o seu ocupante pela qualidade do próprio trabalho.

6. CONDIÇÕES DE TRABALHO:

6.1. — REGIME: Variável, diurno e noturno, com horário móvel.

6.2. — LOCALIZAÇÃO: Abrigado e Desabrigado.

6.3. — AMBIENTE: Em contato direto com o público, sujeito a manifestações de desgosto.

6.4. — VIAGENS: Frequentes.

7. — ESFORÇO APLICADO: Normal.

8. MERCADO:

8.1 — DISPONIBILIDADE INTERNA: Através de recrutamento de AF-4.

8.2. — DISPONIBILIDADE EXTERNA: Mediante concurso público de provas, prova de títulos e habilitação em curso de formação.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 116/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 31 de agosto de 1978, ao convênio celebrado em 29 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 117/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 31 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de UBIRATÃ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 118/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 11 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO PEDRO DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 119/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 18 de setembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 120/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 31 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de OURIZONA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 121/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 31 de agosto de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JORGE DO IVAÍ, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 122/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios abaixo especificados, com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Corbélia - 117/78-SEPL	26/09/78
Guaira - 119/78-SEPL	25/09/78
Nova Aurora - 121/78-SEPL	22/09/78
Terra Roxa - 125/78-SEPL	22/09/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 123/78

Curitiba, 11 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado e os

Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da celebração
Bandeirantes - 73/78-SEPL	21/09/78
Rebouças - 84/78-SEPL	20/09/78
Floraf - 97/78-SEPL	28/09/78
Cruzeiro do Oeste - 100/78-SEPL	27/09/78
Medianeira - 114/78-SEPL	15/09/78
Francisco Alves - 129/78-SEPL	28/09/78
Ortigueira - 130/78-SEPL	27/09/78
São Tomé - 131/78-SEPL	27/09/78
Leópolis - 132/78-SEPL	26/09/78
São José da Boa Vista - 137/78-SEPL	26/09/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer envio de voto de pesar à família de ELOI GUZZO.

Que da decisão, comunique-se à família enlutada, na pessoa de seu pai, o Sr. Atílio Guzzo, residente em Dois Vizinhos - Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer envio de voto de pesar à família de ANTÔNIO ZARDO, falecido na cidade de Clevelândia, onde desfrutava de elevado conceito e onde foi um dos seus mais ilustres cidadãos.

Que da decisão, comunique-se à família enlutada na pessoa de seu filho, Sr. Idevaldo Zardo, residente em Clevelândia - Paraná.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo passamento do Sr. Valdir Daipasquale.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, residente em Dois Vizinhos, do teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Nilso Sguarezi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANIBAL MAIA GOULART, ocorrido em nossa Capital, na se-

mana passada.

Sem qualquer exagero, pode-se dizer que Anibal Maia Goulart e a história da colonização do norte paranaense e em especial Maringá, confundem-se a tal ponto que é impossível falar de um sem que, necessariamente, haja referência ao outro.

Com efeito, a história da vida de Anibal Maia Goulart, é a própria história do norte do Estado, pois que esta foi escrita com fatos marcantes, episódios atribulados e, sobretudo, com sucessivas demonstrações de coragem daquele que desbravou a região e conheceu-a como ninguém.

Os que vivem no norte do Paraná sabem o quanto a região deve a Anibal Maia Goulart, pela sua decisiva participação no processo de colonização, bastando lembrar, entre outros feitos, que a estrada que liga Maringá a Campo Mourão foi por ele construída, há perto de três décadas passadas.

Cumprido, pois, a esta Assembléia Legislativa, em nome do povo paranaense, notadamente da região norte, manifestar o seu pesar pelo infausto acontecimento.

Daí o presente requerimento, a título de homenagem póstuma a Anibal Maria Goulart, que, se aprovado pelo Plenário, deve ser dado a conhecer à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Accioly Neto

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. ANTÔNIO ALVES DE MELLO FEITOSA, ocorrido ontem nesta Capital.

O extinto era pessoa de tradicional família radicada neste Estado e foi ex-Deputado Estadual.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Paulo Camargo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALEXANDRE JUNGBLUT FILHO, ocorrido no dia 14 do corrente, na cidade de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada, residente nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Aguinaldo Pereira Lima

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Alexandre Jungblut Filho, conhecido como Barroso, exemplar chefe de família, era funcionário do Palácio Iguaçu, como Motorista do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, tendo falecido em pleno exercício de suas funções, quando foi acometido de um ataque cardíaco, em Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a inserção em ata de voto de regozijo pelo transcurso do "DIA DO PROFESSOR".

Lamentavelmente, o 15 de outubro, deste ano, não pôde ser comemorado com júbilo pelos professores paranaenses, já que a data serviu antes para marcar mais uma quadra de frustrações em face da insensibilidade e até mesmo desprezo, por parte do Governo Estadual, diante das aspirações do magistério relativamente ao exercício da própria atividade profissional.

Por conseguinte, o voto de regozijo, ora requerido, tem mais um sentido de solidariedade aos professores, que não pude-

ram ver, porque ofuscados pela decepção, nos horizontes do dia a eles consagrado, sernão as mesmas nuvens baças que, sabem muito bem, não trarão tempos novos.

Pede-se, também, que a decisão do Plenário seja comunicada às entidades representativas do magistério público estadual. Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Accioly Neto

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão corrente, de voto de regozijo ao Engenheiro Agrônomo do Paraná, como associação desta Casa às cerimônias comemorativas ao DIA DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO, efetuadas no último dia doze.

Requeiro, também, que seja procedida comunicação à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, instalada na rua Voluntários da Pátria, 475 - 12.º andar, conjunto 1.206, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subcreve, requer após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor ao médico Doutor GASTÃO NATAL SIMONE, Secretária de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Maringá, "pelo trabalho dinâmico que está exercendo na direção daquela Pasta".

Requeiro, outrossim, que o homenageado seja informado da atitude.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

É dever dos Representantes do Povo, enaltecer os grandes serviços. Os exemplos dignificantes e nobres devem propagar-se, para serem seguidos e imitados. No tocante a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Município de Maringá, as estatísticas, como comprova o relatório anexo referente às atividades desenvolvidas durante o mês passado, são notáveis, apresentando extraordinário volume de serviços prestados. Entretanto, o aspecto principal, é o carinho, o amor e o respeito com que o Doutor Gastão Natal Simone, cura e administra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente, contendo votos de congratulações ao Doutor JOSÉ GUILHERME LOBO CAVAGNARI, Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Paraná "FITC", ao Doutor CELSO LUIZ DE OLIVEIRA, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Agricultura, e à Senhorita GUNILDA ROSÁLIA DIKMANN, Diretora Executiva do Centro de Comércio Exterior do Paraná "CEXPAP", pelo brilhantismo com que dirigem os trabalhos quando da realização do 1.º SIMPÓSIO NACIONAL DE ECOLOGIA.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós conhecemos perfeitamente, o trabalho e o sacrifício, por que passam as pessoas que se dispõem ao trabalho da realização de tal evento. Sacrifício para se conseguir técnicos experientes, pessoas que queiram dar um pouco de si, em prol de toda uma coletividade, sem visar lucros financeiros, sacrifício

para se conseguir verbas necessárias para aquisição de material e de expedientes, para se conseguir um local adequado para as realizações de sessões plenárias, acomodações para os técnicos que são convidados, e além do mais, pensar no bem-estar de todos aqueles que se propõem a participar destes eventos. Mas todos estes sacrifícios são rapidamente esquecidos, quando se consegue pleno êxito naquilo a que propomos realizar, e o 1.º SIMPÓSIO NACIONAL DE ECOLOGIA, alcançou grande sucesso em todo o Brasil, pela presença de técnicos de renome internacional, e que conhecem os problemas ecológicos de todos os países do mundo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, nos termos regimentais, uma vez ouvido o Plenário, requer preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 180/77, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Ex.ºs Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, solicitando-lhes providências urgentes para diminuir o número de incidentes que se registram seguidamente no encontro das ruas Moisés Marcondes e Barão de Guaraúna, cujo tráfego de veículos, juntamente com o que procede da rua Nicolau Maeder, convergem perigosamente para a rua Guarda Mor Lustosa, nas proximidades do Hospital São Lucas.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

Uma comissão de moradores do Bairro Cabral, munida de gráfico por eles elaborado, procurou este parlamentar, expondo o grave problema de trânsito que se verifica no encontro das Ruas Moisés Marcondes e Barão de Guaraúna.

Ocorre que, o tráfego dessas ruas, juntamente com aquele proveniente da Rua Nicolau Maeder ("Via Rápida"), converge em sentido único para a Rua Guarda Mor Lustosa, nas proximidades do Hospital São Lucas.

Tratando-se de "Via Rápida", segundo aqueles moradores, não teriam sido tomadas, tanto pela municipalidade, quanto pelo Detran, as providências acauteladoras a fim de evitar-se acidentes no ponto onde converge o tráfego de cinco ruas em sentido único conforme demonstra o gráfico anexo.

Para agravar o problema, à custa de onerosas desapropriações, teria sido construída uma curva de acesso ligando a Rua Nicolau Maeder à Rua Guarda Mor Lustosa.

Tratando de vias para tráfego rápido, segundo interpreta a maioria dos motoristas, essa curva faz com que os veículos procedentes de qualquer ponto das Ruas Barão de Guaraúna ou da Moisés Marcondes sejam abalroados.

Como se não bastassem os danos materiais resultantes, volta e meia pedestres estão com suas vidas ameaçadas, o mesmo ocorrendo em relação aos moradores das casas próximas, até mesmo dentro de suas propriedades.

Males maiores poderiam ser evitados com a colocação de sinais, tartarugas ou, ainda, se for o caso, de lombadas.

Para esse fim, antes que se tenha mais a lamentar, solicitamos, com urgência, as atenções de nosso Prefeito nomeado e do Diretor do Detran, por entendermos ser um reclamo digno de atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário da Educação e Cultura e Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja revigorada a "GRATIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO", instituída pela Lei n.º 4.697/63, na forma de GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE, conforme esboço constante da justificativa abaixo, ou conforme entendimento do Chefe do Poder Executivo, com vigência a partir de 15 de outubro de 1978, "Dia do Professor".

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

Aproxima-se o "Dia do Professor" e o Governo do Estado ainda não tomou nenhuma das providências anunciadas para atender as poucas e justas reivindicações formuladas pelo magistério paranaense.

Pretendem os mestres, receber um tratamento mais humano e condizente com a condição de educadores, para o que necessitariam de vencimentos pouco superiores a três salários-mínimos regionais (Cr\$ 5.000,00).

Pretendem ainda, a garantia da estabilidade, concedida a todos os servidores públicos, por dispositivos constitucionais.

Finalmente, querem que seja cumprida a LEI, com aplicação plena dos poucos benefícios com que seriam contemplados pela vigência imediata do ESTATUTO DO MAGISTÉRIO, pois, conforme já dizíamos na oportunidade em que o mesmo foi votado, "de nada adianta ser sancionada uma Lei cuja regulamentação, por qualquer motivo, seja protelada eternamente pelo Governo, como acontece com a Lei Orgânica da Magistratura e tantas outras que conhecemos".

Conhecedores de vários problemas relacionados com a área de recursos humanos, podemos afirmar que, com seca ou sem seca e outros tantos imprevistos, a primeira reivindicação dificilmente seria atendida de imediato.

Todavia, as demais, parecem-nos estar na dependência de um pequeno esforço dos setores competentes, pois, se veio para esta Casa uma Lei concedendo acesso, contagem de pontos e outras vantagens, não pode tratar-se de um simples engodo, envolvendo nisso todos os componentes do Poder Legislativo.

A nossa parte foi feita com inúmeros sacrifícios. Cabe, agora, ao Executivo, cumprir a sua tarefa, ou seja: regulamentar a Lei aprovada.

Quanto à estabilidade, entendemos que depende apenas de levantamento que já deveria ter sido procedido pelas Secretarias da Educação e dos Recursos Humanos, bem como fazer funcionar o setor encarregado das mensagens governamentais, para que seja solucionado esse problema.

Na impossibilidade do atendimento imediato de dar-se um vencimento maior, na forma desejada pelos professores, sugerimos que seja revigorada de imediato a GRATIFICAÇÃO DO MAGISTÉRIO instituída pela Lei n.º 4.697, de 28 de fevereiro de 1963, proposta pelo então Governador Ney Braga e sancionada pelo mesmo, com assinatura de todo o seu Secretariado.

A Lei n.º 4.697/63 instituiu, em seu artigo 3.º, uma "Gratificação de Nível Superior, na base de 25% para cargos para os quais fosse exigido diploma de cursos de 5 anos ou mais e de 20% para cargos com diploma de cursos de duração inferior a 5 anos.

O artigo 8.º daquela mesma Lei, instituiu a "Gratificação do Magistério", que foi paga no percentual de 25% para Professores Diplomados e de 20% para Professores sem habilitação.

Tendo sido revogada, posteriormente, extingüíram-se tais gratificações.

Todavia, recentemente, a Gratificação de Nível Superior foi reimplantada através da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, sob a denominação de GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE, a qual, apesar de sucessivas modificações, para abranger, além do pessoal do Poder Executivo, mais os Magistrados, Membros do Ministério Público; Pessoal da Assembléia Legislativa; Pessoal do Tribunal de Contas; Pessoal dos Tribunais de Justiça e de Alçada, deixou, de maneira inexplicável, de contemplar o MAGISTÉRIO, num tratamento desigual àquele já preconizado em 1963!

A volta da Gratificação do Magistério, quer na forma de gratificação de produtividade, quer na forma de aumento (não reajuste), ou qualquer outra fórmula a ser encontrada pelo Governo, torna-se um imperativo de Justiça!

Tendo em vista que já fomos atendidos em requerimento semelhante, anteriormente formulado, quando solicitamos a extensão desse mesmo benefício a funcionários do Tribunal de Alçada, cuja sugestão resultou no texto da Lei n.º 6.687/76, cremos que a presente sugestão será igualmente merecedora de estudos.

Quanto ao fato de ser reimplantada em final de Governo, o fato de haver sido proposta e sancionada pelo Governador Ney Braga e assinada por toda a sua equipe de trabalho não trará nenhum problema ético ao atual Governador do Estado, para que tome de imediato as providências que se fizerem necessárias para dar-se ao menos esse justo prêmio aos Professores do Estado a partir da data a eles dedicada.

Esse gesto não impedirá que seja dado prosseguimento ao diálogo já iniciado para o atendimento das demais reivindicações já enumeradas no início deste arrazoado.

O esboço de anteprojeto de Lei sugerido, é o seguinte:

SÚMULA: Estende ao Quadro Próprio do Magistério a gratificação instituída pela Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974.

Art. 1.º — A parte final do artigo 1.º da Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, fica acrescida das seguintes expressões: "aos atuais integrantes das séries de classes de Professor e Especialista de Educação do Quadro Próprio do Magistério, no valor mensal de Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros)".

Parágrafo único — A gratificação de que trata este artigo será devida a partir de 15 de outubro de 1978, com os reajustamentos procedidos pelo artigo 2.º da Lei n.º 6.763, de 24 de dezembro de 1975; artigo 3.º da Lei n.º 6.863, de 04 de abril de 1977 e artigo 3.º da Lei n.º 6.996, de 12 de abril de 1978.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OBSERVAÇÕES:

1. — A quantia de Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros) é o menor valor de gratificação de produtividade instituída pela Lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, a qual está sendo paga por apenas **meio expediente** dos ocupantes do cargo de enfermeiro, pois, no caso de prestarem serviços não acumulados, terão direito à percepção dessa vantagem em **dobro**.

2. — O valor sugerido poderá ser aumentado a critério do Chefe do Poder Executivo, de conformidade com a disponibilidade financeira do Estado, a qual, segundo consta de sua Mensagem n.º 105/78, de 25 de setembro do corrente ano (proposta do Orçamento para o ano de 1979), está em perfeitas condições de suportar esse pequeno ônus.

3. — O restabelecimento da gratificação pelo exercício do Magistério, na forma de Gratificação de Produtividade, poderá minimizar o problema que aflige a classe dos professores, e poderá ser paga paralelamente à pretendida e já anun-

ciada Gratificação de Regência de Classe, ou ainda, em substituição a esta última, se acrescida para valor mais condigno, na forma daqueles fixados no artigo 1.º da Lei 6.569, de 25 de junho de 1974.

Esta contribuição visa constituir um ponto inicial de entendimento entre Governo e Magistério, para que se humanizem as decisões finais sobre as reivindicações que geram as desinteligências entre ambos, onde o professorado ficou retraído até por força de educação e formação de classe.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Il.^{mo} Sr. Dr. Arturo Andreoli, DD. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de determinar providências para que se proceda a iluminação pública nas localidades de Lago, Colônia de Papagaios e Papagaios Novos (Vilinha) no Município de Palmeira, localidades essas que estão situadas no meio rural.

O presente apelo é uma reivindicação justa dos moradores dessas colônias, pois são núcleos bastante populosos e que muito representam em termos de desenvolvimento e produção agrícola.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Lineu Turra

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a transcrição na ata dos trabalhos da presente sessão, do Editorial "O Peso da Traição", do jornal "MARINGÁ NEWS", de propriedade da "Editora Naja Ltda.", da cidade de Maringá. O editorial mencionado está anexo, publicado no número dezessete do Órgão de Imprensa referido.

Requeiro, outrossim, que o Jornal seja comunicado da aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

Entre tantas agressões aos brasileiros, perpetradas pelos últimos Governos da Federação, a criação do SENADOR INDIRETO, é a mais insensata, mais imoral, mais violenta e mais ilegítima de todas. Como aceitar no Congresso Nacional, que é exclusivamente do povo, representantes do Executivo?...

Esta Casa pertence ao Povo Paranaense, que nos elegeu legitimamente, de forma DIRETA, e o Povo do Paraná aplaude a Imprensa que luta contra os furtadores do DIREITO POPULAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao INAMPS - Setor Regional -, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja LEGALIZADO, DINAMIZADO e MORALIZADO, o atendimento da Sub-Agência do órgão no Município de CIDADE GAÚCHA.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

Com aproximadamente 30 mil habitantes, o Município de Cidade Gaúcha tem muita carência no setor de atendimento médico. O INAMPS local, apenas fornece em torno de 250 requisições mensais, para consultas médicas. O número evidencia o atendimento irreal, ineficiente e precário do Instituto na-

quele município. A necessidade de ampliação é gritante, não apenas para as autoridades locais e regionais do INAMPS, que não sentem e não querem ver as deficiências do órgão, necessitando grandemente de aumento no número de consultas.

Por outro lado, o aspecto IMORAL que envolve a Sub-Agência do INAMPS de Cidade Gaúcha, é patrocinado, segundo informações colhidas no local, pelo seu chefe, Sr. Alcino Moretti. Afirmam que, com um confortável escritório instalado em prédio de alvenaria novo, e pagando muito bem ao responsável local, o INAMPS de Cidade Gaúcha ofende vergonhosamente os Mandamentos Legais e do Respeito Humano. Ocorre, que o Sr. Alcino Moretti, segundo informações, decidiu que a porta principal do escritório, permaneça fechada. Os doentes chegam à Sub-Agência, e durante o dia todo aguardam o atendimento, que não conseguem. Enquanto isso, por determinação do Sr. Alcino Moretti, SÃO ATENDIDAS SOMENTE DETERMINADAS CRIATURAS, SUAS CONHECIDAS, que usam a entrada lateral (exclusiva para funcionários) para entrarem no prédio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente à TELEPAR, consubstanciado em apelo no sentido de que seja instalado com emergência, um telefone público na VILA CRISTINA, nesta Capital. O local poderá ser o Bar e Mercadoria "Carlos Pereira de Andrade", localizado na Rua 4, número 45, no ponto final da Vila Cristina.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

O telefone público mais próximo da área mencionada, está localizado a mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) metros. Por outro lado, a Vila Cristina tem sido vitimada por constantes assaltos e outras transgressões que exigem a presença da Segurança com rapidez, o que somente será possível através da chamada telefônica imediata. A presença também do Pronto Socorro Médico e do Corpo de Bombeiros é muitas vezes exigida, mas o telefone está muito distante. Fala mais alto o fato do telefone oferecer alta rentabilidade à TELEPAR, e na Vila Cristina, no local informado, a viabilidade econômica é real.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, a remessa de expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, formulando apelo, no sentido de sensibilizar Sua Senhoria para determinar a formação de uma COMISSÃO ESPECIAL, que em tempo recorde, possa proceder o levantamento geral e total do vergonhoso problema que envolve o REGISTRO DE DIPLOMAS no Estado do Paraná. Por outro lado, apelar, no intuito de comover o Senhor Secretário a equacionar e disciplinar a angustiante questão.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Valter Pietrângelo

JUSTIFICATIVA:

Porque os diplomas, conquistados com denodo, com amor, com muito sacrifício, ficam anos e anos sem obter o competente registro junto à Secretaria de Educação e Cultura. As razões são inúmeras, mas de somenos importância. O drástico, injusto e vergonhoso, é que a razão maior, é a OMISSÃO E IRRESPONSABILIDADE do Colégio, da Inspeção ou da própria Secretaria de Educação e Cultura. Poderia citar muitos exemplos condenáveis. Paissandu, por exemplo, o Colégio Comercial, que funciona desde 1971, como extensão do Instituto de Educação de Maringá, ainda tem diplomas de 1973 para serem registrados na SEC. Já os formandos de 1975, desse mesmo

Colégio, foram informados de que a SEC não reconhece esse ano letivo. Por quê?... dizem que a ordem da SEC era para fechar o Curso, mas a Direção do Colégio prosseguiu. As informações colhidas nos próprios estabelecimentos e inspetorias, são as mais desencontradas e absurdas. Enquanto isso, os formandos padecem injustamente, colhendo prejuízos sociais e econômicos de alta monta. A atitude da SEC não deixa de ser imoral, arbitrária e ilegal; circunstâncias que ferem o DIREITO de tantos. Será que as perdas econômicas de tantos formandos, serão reparadas pelo Poder Público? — Deve o Poder Judiciário ser provocado para resguardar esse DIREITO?

A Secretaria de Educação e Cultura dispõe das equipes de trabalho dos seus estabelecimentos de ensino, e ainda poderá solicitar a colaboração das prefeituras municipais, na equação do grave problema. O fundamental é sensibilizar o Senhor Secretário.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 172/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "DAG-SEG CLUBE — Turismo e Previdência", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade de nossa Capital, no setor cultural e previdenciário.

As suas atividades, conforme o relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação estadual, pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito gratificante o editorial de "O Globo", este prestigioso e prestigiado vespertino brasileiro, publicado alguns dias atrás e que dá bem a medida do elevado conceito de que dispõe o Ex.º Sr. Governador do Paraná, Jayme Canet Júnior em nosso País.

Para que fique registrado nos Anais desta Casa esta manifestação da imprensa nacional, lerei para conhecimento dos Srs. Deputados e de todos os paranaenses, o conceito que desfruta o nosso Governador e o nosso Governo no âmbito nacional:

(Lê): "A melhor tradução democrática de popularidade é aquela que associa intimamente a estima e o reconhecimento do povo a qualidades substantivas do líder, sobretudo consideradas à luz do interesse coletivo e do bem comum.

O Governador do Paraná, Jayme Canet Júnior, surge no momento como um exemplo de liderança construída em cima do trabalho, do método e da obra, de tal modo que os índices a seu favor das pesquisas de opinião pública — a última, há dez dias, aponta 75,6% das respostas julgando o Governo Canet — entre bom e ótimo — exprimem correspondência com os resultados concretos da administração estadual.

Não bastam, evidentemente, a organização, a criatividade

e o dinamismo administrativo. As virtudes políticas são indispensáveis e mesmo decisivas, para a identificação popular do homem de governo. O Governador Canet Júnior também dispõe desse trunfo obrigatório e o tem operado com a maior intensidade e mobilidade no Paraná, mas há que destacar aqui duas características do seu exercício político-partidário: 1) o descompromisso em relação aos velhos critérios; e 2) a eficiência do modelo que adotou, incorporando em boa parte as lições de produtividade de sua experiência empresarial.

"Assim está ele em condições de gerar uma grande massa de votos para o seu partido, a Arena, sem necessidade sequer de se reduzir a sua eficácia executiva.

"O Governador está entregando hoje à população paranaense, de uma só vez, mil salas de aula. É um número inédito no Brasil, porém a administração Jayme Canet pode apresentar números desse tope em quase todos os setores do Governo, em especial àqueles que definem o Paraná como um Estado agrícola moderno (avançando rápido para a fase agro-industrial), dotado de uma infra-estrutura plenamente suficiente de transportes, energia, comunicações, armazenamento etc. e de equipamentos sociais que fazem o nível de vida no interior superior ao da média nacional.

"Vejam alguns dos saltos do desenvolvimento paranaense, de 1974 a 1978: na produção agrícola (quarta parte da nacional e responsável por um quinto de nossas divisas), os 8 milhões de toneladas de grãos passaram para 12 milhões. A soja aumentou de 800 mil toneladas para 4,7 milhões e a colheita de trigo de 340 mil toneladas para 1,3 milhão. A frota de tratores cresceu de 35 mil para 60 mil unidades.

Na indústria, o Governo aplicou 15 bilhões de cruzeiros em financiamentos para 600 empresas, criando 40 mil empregos por ano. A hidrelétrica de Foz do Areia, com 2.511.000 quilowatts, representará 6 vezes a potência instalada do Estado. A malha rodoviária ficará acrescida até março de 4.050 quilômetros com as estradas federais. A rede de telefones passa de 75 mil para 230 mil linhas, cobrindo as comunicações pelo sistema DDD o Estado inteiro.

"Seis mil salas de aula foram construídas em 4 anos, proporcionando 600 mil novas oportunidades de estudo. A população que recebe água em casa elevou-se de 1.009.000 para 2.411.000 habitantes: de cada 100 paranaenses, 85 se servem hoje de água tratada. A rede de esgotos foi estendida em mais de 100%. Toda a área agricultável do Estado está ocupada, e o Paraná possui estrutura fundiária mais bem distribuída do Brasil. 570 mil propriedades em 1970. Por tudo isso, o Governo Canet Júnior pode concentrar sua preocupação na produtividade e diversificação agrícolas. É com essa bandeira exposta ao testemunho geral, que o Governador pretende extrair do seu estilo de liderança, os votos majoritários da Arena nas eleições de novembro.

Seus altos índices de popularidade já antecipam um desempenho feliz no teste definitivo das urnas".

Esse editorial de "O Globo" foi reproduzido pela "Gazeta do Povo", e de certa forma, traduz o entendimento de que não faz boa política, quem é mau administrador e não faz boa administração, quem é mau político. Felizmente, no Paraná conseguimos conjugar em nosso Governador, duas virtudes que nem sempre andam juntas. Trata-se, sem dúvida nenhuma, de um bom administrador e por isso mesmo, um bom político. E de um bom político por isso mesmo, um bom administrador.

Era só, Senhor Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Alfredo Gulín.

O SR. ALFREDO GULIN — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Passado o momento eleitoral, o futuro Governo Federal começa a elaborar seu planejamento. Nesta hora, as principais sugestões são no sentido de que o País precisa mudar seu modelo

agrícola. Está provada a inviabilidade do atual sistema de produção agrícola, em que o agricultor é penalizado com preços mínimos abaixo da realidade do mercado.

Outra razão para o fracasso da atual política agrícola é a escassez de financiamentos a preço subsidiado, ao nível tradicional para a agricultura brasileira. Depois de anos de crédito fácil, o Governo resolveu mudar a orientação, passando a operar com poucos recursos e a preços elevados, o que acabou desestimulando o produtor.

Como se não bastassem essas influências do setor governamental, uma seca vidente abateu-se sobre a principal região produtiva do País, quebrando as safras em mais de 40 milhões de cruzeiros, comprometendo exportações, atrapalhando o abastecimento interno e causando dificuldades sem conta.

Este panorama negativo precisa ser mudado. O agricultor precisa ser estimulado a plantar. Mas, para que ocorra uma autêntica "reversão de atitudes", é preciso que o Governo Federal deixe de considerar o agricultor um relegado econômico. Deixe de culpá-lo pela inflação quando o verdadeiro culpado é a má política econômica.

É preciso estimular a produção; dar crédito à lavoura; dar apoio técnico ao agricultor. Só assim o Brasil conseguirá dobrar sua produção de grãos para mais de 100 milhões de toneladas ao ano, voltando a comparecer no mercado mundial como um dos grandes exportadores de cereais e gerando estoques que possam abastecer, fartamente e a preço justo, a mesa do consumidor.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra. — (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito que não somente os Deputados Estaduais que tiveram a oportunidade de ir a Brasília, compondo o grupo de Deputados que formaram o Colégio Eleitoral para a eleição do Presidente da República, mas assim de toda esta Casa e acredito que hoje de todo o Estado do Paraná realmente devem estar com o seu pensamento voltado para Brasília, onde se encontra o nosso companheiro, irmão, Presidente desta Casa, Deputado Ivo Thomazoni.

Realmente, para nós, felizmente, as notícias que estão chegando é de que ele já se encontra em plena recuperação. E eu gostaria para que o Deputado Ivo Thomazoni, com o único intuito de dar a ele e para que ele sinta a solidariedade dos seus amigos, dos seus companheiros desta Casa, de que fosse aprovado o requerimento e que evidentemente será aprovado o requerimento que ora passo a ler. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer seja enviado telex ao Deputado Ivo Thomazoni, em nome da Assembléia Legislativa, hipotecando solidariedade neste percalço em sua saúde e almejando breve restabelecimento, para que possa retornar ao nosso convívio e continuar seu trabalho, em prol desta Casa e em prol do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1978.

(a) Lázaro Dumont"

Era somente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Consulto a liderança da Arena se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Havendo declinado, consulto a liderança do M.D.B. se quer fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LINEU TURRA — Declino.

O SR. PRESIDNETE (Jurandir Messias). — Está encerrado a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a obrigação e o dever de comunicar aos Srs. Deputados, em Plenário, que a Proposição n.º 411/78, que propõe emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni, dando nova redação ao artigo 70, da referida Constituição, que a mesma recebeu o seguinte despacho, desta Presidência: "Prazo de três dias para apresentação de emendas — em 17/10/78".

Para que os Srs. Deputados tenham conhecimento do prazo para a apresentação de emendas.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 91/78. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaemella, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 180/77. — **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos aprovados:

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 67/78, que objetiva fixar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Com emenda da C.C.J. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem). — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo V. Ex.ª. (É procedida a verificação de votação).

10 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para deliberação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Atendo V. Ex.ª. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 18 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Passaremos à apreciação das demais matérias constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de ROSÁRIO, desmembrado do Distrito de Rio Branco, da Comarca de Faxinal, com sede e divisas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 120/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de Rosário, desmembrado do Distrito de Rio Branco, da Comarca de Faxinal, com as divisas seguintes: — Começa no Rio Alonzo ou do Peixe, na Foz do Rio Botucudos, sobe por este até a sua nascente, de onde segue pela divisa

com o Município de Cândido de Abreu, até alcançar o Córrego Gamelão, pelo qual desce até sua foz no Rio Branco e por este abaixo até alcançar a foz do Arroio Bocó, pelo qual sob até alcançar a foz de seu afluente da margem direita, daí sobe por este até sua nascente, de onde alcança a Serra dos Porongos, seguindo daí, pela cumiada da referida serra em sentido Noroeste até confrontar com a nascente do Ribeirão da Limeira, por este abaixo até sua foz, no Rio Alonzo ou do Peixe, pelo qual sob até alcançar a foz do Rio Botocudos; ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1974.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A ampla e ilustrada documentação que juntamos à presente proposição é altamente convincente da oportunidade da criação do Distrito Administrativo de Rosário, no Município de Grandes Rios.

Todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar Estadual n.º 2, de 18 de junho de 1973, no Art. 9.º, estão satisfeitos e comprovados.

As implicações de ordem administrativa e econômica para a região do Município de Grandes Rios, onde habita e trabalha uma valorosa população digna do maior apoio, serão imediatas e de grande significação para o Estado.

Por tudo isso, é de se confiar na incondicional acolhida que o projeto obterá no seio desta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 120/74

O presente Projeto de Lei n.º 120/74 — restaurado, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, tem por finalidade criar, no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de Rosário, com divisas que especifica.

Analisando-se o processo, temos que se acham inseridos ao mesmo a autorização da Câmara Municipal de Grandes Rios — Resolução n.º 01/74, para que o Senhor Prefeito Municipal represente junto à esta Assembléia Legislativa, o mapa descritivo do território do futuro Distrito, e entre outras documentações, a Certidão da Prefeitura Municipal, atestando o número da população e das residências existentes na área do Distrito de Rosário.

Nestas condições, se acham cumpridas as exigências legais, previstas pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 (Art. 9.º) — Lei Orgânica dos Municípios e em razão do Parecer n.º 10/75, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, publicado no D.O. n.º 198, de 15/10/75, o projeto em exame, se encontra em condições de ser aprovado por esta Casa.

Em consequência, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1977.

(aa) Paulo Camargo — Presidente

Waldenício Barbalho - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a "Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais", com sede no Município de Pato Branco. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 142/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais", com sede no Município de Pato Branco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de novembro de 1976.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais, tem por objetivo difundir a prática sadia do esporte do Karatê e outras modalidades de esportes similares, visando desenvolver entre os membros da comunidade, sobretudo entre a juventude, hábitos sadios que conduzam a um tipo de vida que certamente os distanciará da violência, criminalidade e outros hábitos nocivos que assaltam o mundo de hoje.

A entidade não tem finalidades lucrativas e já foi reconhecida por lei municipal a sua utilidade pública, merecendo todo o apoio dos poderes públicos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 142/76

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, o presente Projeto de Lei n.º 142/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais", com sede e foro na cidade de Pato Branco.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada pelo seu autor e a documentação nele inserida, temos que a entidade preenche os requisitos essenciais previstos na legislação estadual pertinente ao instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/78, de autoria do Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a "União Assistencial dos Servidores Públicos - UNIPUBLI", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 11/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a UNIPUBLI — União Assistencial dos Servidores Públicos, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1978.

(a) Adalberto Daros

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis serviços à comunidade dos servidores públicos de nosso Estado.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos legais exigidos para que a mesma mereça o reconhecimento público.

Com isso estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 11/78

De autoria do nobre Deputado Adalberto Daros, o presente Projeto de Lei n.º 11/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "União Assistencial dos Servidores Públicos - UNIPUBLI", com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresen-

tada pelo seu autor, e a documentação que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública preenche os requisitos essenciais previstos na Lei 6.994, de 10/01/78, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho — Presidente

Oswaldo Macedo — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/78, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que altera para "Pedra Branca do Araraquara", a denominação do Distrito de Garuva, no Município de Guaratuba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 22/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O atual Distrito Administrativo de Garuva, Município de Guaratuba, passa a denominar-se "Pedra Branca do Araraquara".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

Pela documentação que anexamos ao presente, integrada pela representação do Senhor Prefeito Municipal de Guaratuba, aprovada pela Câmara Municipal, através do Decreto Legislativo n.º 1/77, temos que tal modificação denominativa do atual Distrito Administrativo de Garuva, se enquadra nas normas legais previstas pela Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73 — Lei Orgânica dos Municípios.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei que, temos a certeza, contará com o integral apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 22/78

Tem por finalidade a presente iniciativa, de autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, mudar a denominação do Distrito Administrativo de Garuva, do Município de Guaratuba, para "Pedra Branca do Araraquara".

O projeto vem articulado e justificado, de acordo com o que preceitua o Art. 123, do Regimento Interno.

Por outro lado, a referida Proposição não fere qualquer preceito de ordem constitucional e está perfeitamente acorde com o que estabelece o parágrafo único do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), após ter sido cumprida a diligência requerida às fls. 5.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos as razões expostas pelo Senhor Prefeito Municipal de Guaratuba no Ofício n.º 37/78 — DA, de 07 de março de 1978, de fls. 2, pois, segundo aquela autoridade municipal, o nome do Distrito de Garuva coincide com o nome de município, do vizinho Estado de Santa Catarina.

Em face de tais argumentos, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Waldenício Barbalho — Presidente

Maurício Fruet — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., Entidade Filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 44/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.C., Entidade Filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1978.

(a) Egon Pudell

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, presta realmente serviços à coletividade de maneira desinteressada; sua direção não recebe qualquer espécie de remuneração e seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Portanto, nada mais justo que seja declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), para o que contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento neste Poder Legislativo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 44/78

De autoria do nobre Deputado Egon Pudell, o presente Projeto de Lei n.º 44/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S. Entidade Filantrópica, com sede na cidade de Cascavel.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Waldenício Barbalho — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 78/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando serviços sociais e culturais ao seu corpo associativo, congregando e confraternizando uma célula social dentro da comunidade global da nossa Sociedade.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação que regulamenta o instituto da Declaração Pública em nosso Estado.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação

dos nobres Pares, com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 78/78.

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado — A.S.I.P.E., com sede e foro nesta Capital.

Analisando-se o processo, através da justificativa apresentada e a documentação que o acompanha, temos que, a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais, previstos pela legislação reguladora da matéria, ou seja a Lei n.º 6.994, de 10/01/78.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/78, de autoria do Deputado JORGE SATO, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EIKICHI HORIBE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 110/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EIKICHI HORIBE.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1.978.

(a) Jorge Sato.

JUSTIFICATIVA:

As festividades comemorativas do 70.º aniversário da Imigração Japonesa ao Brasil, que neste ano se comemora, vem se sucedendo de maneira a homenagear aqueles que com a sua coragem e bravura, deixaram a sua terra natal, a fim de se estabelecerem e ajudarem o desenvolvimento de nosso País.

Dentre os primeiros imigrantes, está a figura do Senhor Eikichi Horibe, e o 1.º imigrante japonês no Paraná.

Natural da Província de Fukushima nasceu em 10 de maio de 1.880, voltando portanto com 98 (noventa e oito) anos de idade. Chegou ao Brasil através do navio "Wakasa Marú" em companhia de sua esposa, desembarcando em 24 de outubro de 1.913, no Porto de Santos. Após seu desembarque, passou a residir na cidade de Campos Sales (linha paulista—, dedicando-se à cafeicultura. É nesta cidade que vem a falecer a sua esposa, não suportando as modificações por que passara. Em maio de 1.915, Eikichi Horibe, parte sozinho para a cidade de Antonina em nosso Estado, dedicando-se ao cultivo da lavoura e passando posteriormente ao comércio de hortaliças.

E, 1.963, passou a residir na cidade de Londrina, em companhia de sua filha Alairdes.

E, 1.923, Eikichi Horibe, casou-se em Segundas núpcias com a sra. Maria Gonçalves Horibe, de cujo matrimônio tiveram 3 (três) filhos nisseis assimilados. Possui 8 (oito) netos e 2 (dois) bisnetos.

O Sr. Eikichi Horibe, recebeu duas vezes condecorações do Governo Japonês, por ato de bravurana Guerra Japão x Rússia de 1.904/5, sendo possivelmente o único sobrevivente da tomada de Porto Arthur Riojun no 203 Kochi.

Com estes dados biográficos, temos uma visão deste venerando cidadão que desde 1.913 vem prestando seus serviços à Pátria, que livremente adotou ao deixar sua terra natal.

Ao outorgar-lhe o título de cidadão honorário do Paraná, estamos prestando singela e meritória homenagem não só à sua

ilustre pessoa, como também, a todos aqueles que para aqui aportaram trazendo o seu trabalho e depositando a sua confiança.

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis, como preito de reconhecimento pelo muito que deve o Paraná aos imigrantes japoneses que há 70 (setenta) anos aqui estão colaborando com o engrandecimento do Brasil.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 110/78.

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jorge Sato, objetiva outorgar o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Eikichi Horibe.

O plano de lei em epígrafe, está devidamente justificado, atendendo ao que estabelece o Art. 123 do Regimento Interno.

Quanto ao seu aspecto legal e constitucional, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

A iniciativa é deveras oportuna e, a justificativa que o acompanha nos convence do mérito, o qual seja, o reconhecimento na pessoa do homenageado, de todo o trabalho da colônia japonesa em prol do desenvolvimento de nosso Estado.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/78, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA DE CARAMBEI", com sede e foro no Município de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 122/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA DE CARAMBEI", com sede e foro em Carambei, Município de Castro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1.978.

(a) Dácio Leonel.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços, no campo da assistência social à comunidade de Carambei.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais para que o Poder Público Estadual a reconheça de utilidade pública.

Com isso, apresentamos o presente plano de lei que esperamos merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 122/78.

De autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, o presente Projeto de Lei n.º 122/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação de Assistência Social Evangélica de Carambei", no Município de Castro.

Analisando-se o processo, através da justificação e documentação nele inserido, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos na Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978

que regula o instituto da declaração de utilidade pública no Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;

Fabiano Braga Côrtes, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/78, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLÉIA DE DEUS", com sede nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 123/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS NO PARANÁ, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de agosto de 1.978.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DAS IGREJAS EVANGÉLICAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS, é uma associação civil, que tem por finalidade, organizar, manter e administrar entidades educacionais, de 1.º, 2.º e 3.º graus; sendo a mesma filiada à CONVENÇÃO DOS MINISTROS DAS ASSEMBLÉIAS DE DEUS DO PARANÁ. A A.E.A.D. não tem caráter nem fim lucrativo; sendo, portanto, justo que seu reconhecimento de utilidade pública para o que espera a acolhida dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Parecer ao Projeto de Lei n.º 123/78.

I — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado AUGUSTO CARNEIRO, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Educacional das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus, com sede nesta Capital.

II - Examinando cuidadosamente a documentação que acompanha a iniciativa de lei, pudemos constatar que o mesmo, se encontra em perfeita condição de ser aprovado por esta Casa de Leis, senão vejamos:

a) Está devidamente registrado no Cartório das pessoas jurídicas competente;

b)- Está funcionando regularmente há mais de 1 (um) ano;

c)- Seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

d)- Que suas finalidade são educativa e filantrópica.

III - Assim sendo, somos de parecer que o plano de lei em tela deve merecer nossa aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente; Nelson Buffara, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO", com sede na cidade de Cambará. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. —

Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 127/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a "SO-

CIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO", com sede e foro na cidade de Cambará.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1.978.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantrópica à comunidade de Cambará.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos a certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 127/78.

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei n.º 127/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "SOCIEDADE DA CONGREGAÇÃO DO SAGRADO CORAÇÃO DO VERBO ENCARNADO", com sede na cidade de Cambará.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como da justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer inconstitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente;

Fabiano Braga Côrtes, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/78, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA ESPERANÇA", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 129/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA ESPERANÇA", com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1.978.

(a) Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social à comunidade de Nova Esperança, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 807 — de 30/10/72.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento das formalidade legais previstas pela legislação em vigor no Estado. (Lei n.º 6.994 de 10/01/78).

Com isso esperamos o contar com o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 129/78.

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, o presente Projeto de Lei n.º 129/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA ESPERANÇA, com sede na cidade de Nova Esperança.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) Waldenício Barbalho, Presidente; Dácio Leonel, Relato.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anibal Maia Goulart, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdir Dalpasquale. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eloi Guzzo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Zardo, ocorrido na cidade de Clevelândia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Professor". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alexandre Jungblut Filho, ocorrido na cidade de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Engenheiro Agrônomo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de determinar providências para que se proceda a iluminação pública nas localidades de Lago, Colônia dos Papagaios e Papagaios Novos (Vilinha) no Município de Palmeira. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da Tribuna, solicitando o envio de telex ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, em nome da Assembléia Legislativa, hipotecando solidariedade neste percurso em sua saúde e almejando breve restabelecimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Antônio Alves de Mello Feitosa, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos dirigentes dos trabalhos, quando da realização do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN,

encarecendo providências urgentes para diminuir o número de acidentes que se registram seguidamente no encontro das ruas Moisés Marcondes e Barão de Guaraúna. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao médico Doutor Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, pelo trabalho dinâmico que está exercendo na direção da referida Pasta. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, formulando apelo no sentido de sensibilizar Sua Senhoria a fim de determinar a formação de uma Comissão Especial, que possa proceder o levantamento geral e total do problema que envolve o Registro de Diplomas no Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, em forma de apelo no sentido de que seja instalado com urgência um telefone público na Vila Cristina, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial "O Peso da Traição", publicado no jornal Maringá New's, de propriedade da Editora Naja Ltda., da cidade de Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao INAMPS, Setor Regional, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja legalizado, dinamizado e moralizado o atendimento da sub-agência do Órgão no Município de Cidade Gaúcha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio, comunicando a situação aflitiva por que passa a indústria moveleira do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Comando da Polícia Militar do Estado, pedindo o afastamento do Ten. Cel. Ramalho Rodrigues Ayres Filho, do Comando do 3.º BTL, sediado em Pato Branco. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja revigorada a "Gratificação do Magistério" instituída pela Lei n.º 4.697/63, a partir do dia 15 de outubro de 1.978. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

A Presidência marca ainda uma sessão para quinta-feira, dia 19, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/78.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/78.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS **ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e oito, às 10,00 horas, na sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Francisco Escorsin, e contando com as presenças dos Senhores Deputados: Antônio Facci, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima e Nilso Sguarezi, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Contando-se também com as presenças dos seguintes Senhores Deputados: Accioly Neto, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Erondy Silvério, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Paulo Camargo, Rosário Pitelli, Werner Wanderer, Adalberto Daros, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Jayme Rodrigues de Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Renato Bernardi, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da sessão anterior e como nada constasse do expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: Proposição n.º 12/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Proposição n.º 38/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Proposição n.º 33/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Aragão de Mattos Leão. Proposição n.º 15/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Proposição n.º 21/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Rosário Pitelli. Proposição n.º 42/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Maurício Fruet. Proposição n.º 8/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Proposição n.º 43/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Proposição n.º 37/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Waldenício Barbalho. Proposição n.º 28/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Osório Valter Pietrângelo. Proposição n.º 16/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Jayme Rodrigues de Carvalho. **RELATOR** Deputado Fuad Nacli. Pareceres favoráveis **APROVADOS**. Proposição n.º 17/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado José Domingos Scarpelini. Proposição n.º 5/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Lúcio Machado. Proposição n.º 10/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Egon Pudeli. Proposição n.º 40/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Antônio Facci. Proposição n.º 46/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Osvaldo Macedo. Proposição n.º 41/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Adalberto Daros. Proposição n.º 23/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Proposição n.º 35/78, Prestação de Contas do Deputado Wilson Figueiredo Fortes. Proposição n.º 4/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado João Fadel. Proposição n.º 9/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. Proposição n.º 27/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. **RELATOR** Deputado Nilso Sguarezi. Pareceres favoráveis **APROVADOS**. Proposição n.º 54/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo. Proposição n.º 58/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Nelson Buffara. Proposição n.º 52/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Otássio Pereira da Silva. Proposição n.º 45/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Renato Bernardi. Proposição n.º 20/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Erondy Silvério. Proposição n.º 30/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado José Muggiati Filho. Proposição n.º 36/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Trajano Bastos de Oliveira. Proposição n.º 50/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Werner Wanderer. Proposição n.º 53/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Jorge

Sato. Proposição n.º 22/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Fuad Nacli. **RELATOR** Deputado Basílio Zanusso. Pareceres favoráveis **APROVADO**. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos dos quais, para constar, eu, José Tavares Canto Filho, Secretário, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente, por mim e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Curitiba, em 27 de abril de 1978.

Francisco Escorsin — Presidente

José Tavares Canto Filho — Secretário

Antônio Facci

Fuad Nacli

Hélio Manfrinato

Basílio Zanusso

Aguinaldo Pereira Lima

Nilso Sguarezi

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS **ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de hum mil novecentos e setenta e oito, às 10,00 horas, na sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Francisco Escorsin, e contando com as presenças dos Senhores Deputados: Antônio Facci, Basílio Zanusso, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Aguinaldo Pereira Lima e Nilso Sguarezi, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. Contando-se também com as presenças dos seguintes Senhores Deputados: Accioly Neto, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, Erondy Silvério, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Paulo Camargo, Rosário Pitelli, Werner Wanderer, Adalberto Daros, Domício Scaramella, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Jayme Rodrigues de Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Renato Bernardi, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho. O Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da sessão anterior e como nada constasse do expediente, passou-se à Ordem do Dia tendo sido relatados os seguintes processos: Proposição n.º 39/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Ivan Santos Rüppel. Proposição n.º 11/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino. Proposição n.º 32/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Jurandir Messias. Proposição n.º 44/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Domício Scaramella. Proposição n.º 26/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros. Proposição n.º 18/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Ernesto Gnoato. Proposição n.º 13/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Edilson Alencar. Proposição n.º 57/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado José Lázaro Dumont. Proposição n.º 48/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Luiz Gabriel Sampaio. Proposição n.º 29/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Nilso Romeu Sguarezi. Proposição n.º 6/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Deni Lineu Schwartz. **RELATOR** Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Pareceres favoráveis **APROVADOS**. Proposição n.º 7/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado David Federmann. Proposição n.º 51/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Accioly Neto. Proposição n.º 55/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado José Antônio Del Ciel. Proposição n.º 14/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Ezequias Losso. Proposição n.º 49/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Lineu Mansani Turra. Proposição n.º 31/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Alfredo Gulin. Proposição n.º 19/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Enéas Faria. Proposição n.º 24/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Ernesto Dal'Oglio. Proposição n.º 47/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Proposição n.º 34/78 —

Prestação de Contas do Senhor Deputado Augusto Carneiro. Proposição n.º 56/78, Prestação de Contas do Senhor Deputado Hélio Manfrinato. **RELATOR** Deputado Antônio Facci. Pareceres favoráveis **APROVADOS**. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos dos quais, para constar, eu, José Tavares Canto Filho, Secretário, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será pelo Senhor Presidente,

por mim e demais membros assinada, para que produza os efeitos legais.

Curitiba, em 28 de abril de 1.978.

FRANCISCO ESCORSIN — Presidente

José Tavares Canto Filho — Secretário

Antônio Facci

Basílio Zanusso

Aguinaldo Pereira Lima

Hélio Manfrinato

Nilso Sguarezi